



SANTA CASA  
MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2018

*Somos o que pensamos.*

*Tudo o que somos surge com os nossos pensamentos.*

*Com os nossos pensamentos, fazemos o nosso mundo.*

*Buda*



## Índice

Nota de Abertura .....	3
Os Números de 2018 .....	5
131 Trabalhadores .....	5
20 Prestadores de Serviços .....	5
18 Voluntárias/os .....	5
Tombo dos Irmãos.....	6
Órgãos Sociais .....	8
Organograma .....	9
Missão, Visão e Valores.....	10
Respostas sociais e áreas de atuação .....	11
Área da Infância .....	12
Área de Formação Pessoal e Social.....	13
Área da Comunicação/Expressão.....	13
Área do conhecimento do Mundo .....	14
Área da Terceira Idade .....	16
Atividades culturais e de Animação .....	24
Área da Saúde .....	25
Área da Socio Comunitária.....	34
Loja Social.....	34
Cantina Social e POAPMC.....	35
Formação Profissional.....	36
Área cultural e religiosa.....	37
ANÁLISE ECONÓMICA/FINANCEIRA.....	41
1. Introdução .....	41
2. Enquadramento.....	41
3. Execução Orçamental.....	42
4. Rendimentos e Gastos.....	44
5. Ativo, Passivo e Situação Líquida.....	57
6. Investimento.....	60
7. Gastos de depreciação e de amortização.....	60
8. Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) .....	60
9. Resultados financeiros.....	60

---

10. Resultado Líquido do Exercício .....	61
11. Principais Riscos e Incertezas .....	62
12. Recursos Humanos .....	62
13. Situação Perante a Segurança Social e Estado .....	65
14. Evolução previsível e Perspetivas Futuras .....	65
15. Gestão de Riscos Financeiros .....	65
16. Negócios entre a Instituição e os Administradores .....	65
17. Proposta de Aplicação de Resultados .....	66
18. Balanço Ambiental .....	66
19. Considerações Finais .....	66



## NOTA DE ABERTURA

### Caros Irmãos

No ano de 2017 a Misericórdia viu a sua situação económica / financeira recuperar o equilíbrio financeiro depois de, em 2016, se ter verificado um ano de excepção, consequência, sobretudo, do registo contabilístico das imparidades ocorridas nas valências Jardim e Creche, e das dificuldades económicas porque passou o país e a região de Seia, naquilo que é considerado um período de restrições, impostas pela intervenção das Organizações Estrangeiras. Tudo isto se veio a refletir nos valores das mensalidades e no seu pagamento pelos utentes mais desfavorecidos.

Previa-se, então, o regresso ao equilíbrio financeiro para 2017, como se veio a verificar.

Era, também, expectável que esta normalidade ocorresse igualmente em 2018, mas tal equilíbrio não se veio a verificar.

Na realidade, o controle das despesas e o crescimento das receitas, especialmente a proveniente dos acordos com o Ministro da Saúde, de 2,2% (com efeitos a Janeiro de 2018), apontavam como presumível segurança para o suporte e cobertura dos aumentos salariais que entraram em vigor em 2018, bem como dos demais aumentos nos restantes encargos.

Porém, o Ministro da Saúde, não processou as autorizações dos aumentos acordados, o que só veio a acontecer através das Portarias de 14 e 15 de Janeiro de 2019, mas sem abranger os retroactivos desde Janeiro de 2018 como estava acordado.

Acreditamos que estes aumentos, acordados em Abril de 2018, venham, ainda, a ser regularizados pelas negociações em curso com a UMP.

Outros factores há a ter em conta, e que são:

A contratação de alguns novos postos de trabalho quer na Unidade, quer na Creche e Jardim e ERPI; a revisão da prestação dos serviços médicos e encargos com a direcção clínica da Clínica Médica e de Reabilitação; as actualizações salariais ao que se acrescenta a implementação do sistema de Protecção de Dados Pessoais, contribuíram para desencadear o desequilíbrio financeiro, que se traduz no saldo negativo ora apresentado.

As decisões, entretanto implementadas no final de 2018, permitirão, assim acreditamos, que a Instituição retome à situação de equilíbrio.

Destas destacam-se:

Ajustamentos das mensalidades e das prestações dos serviços pela aplicação do valor da inflação; a actualização previsível das contribuições do Estado que suportem as despesas e encargos na ordem dos 50%, como aconteceu até há alguns anos; o aumento de 2,8%, já aplicável desde Janeiro, às comparticipações pagas pela ARS e Segurança Social na área da saúde; redução de encargos com médico fisiatra na Unidade, actualização das comparticipações da Segurança Social referentes às respostas sociais da Infância e dos Idosos em 2019.

Paralelamente, a Mesa Administrativa não deixará de assegurar o controle dos encargos com os recursos humanos, sem esquecer os legais aumentos e as imposições que a tutela coloca na prestação dos serviços quanto aos quadros do pessoal e às despesas de conservação e manutenção do equipamento.

É sabido das dificuldades que, cada vez mais, são sentidas no sector social com o desfasamento entre os encargos e despesas e as comparticipações do Estado. As diversas instituições, sobretudo as U.C.C.I., vêm manifestando forte preocupação junto do Governo para que esta situação seja corrigida, o que se espera que aconteça, sob pena de ruptura nesta área social.

O Governo não poderá deixar de responder às suas obrigações sociais e legais, nem pode continuar a sobrecarregar as Instituições, com encargos cada vez mais onerosos, colocando-as em risco de sustentabilidade numa área tão sensível que, cada vez mais, é devida atenção crescente.

Diremos, em síntese, que a gestão da Misericórdia de Seia, em 2018, se pautou por critérios de rigor, de responsabilidade e de preocupação.

Esta mesma orientação presidirá à gestão para o ano de 2019, mas que se espera, quanto a resultados, que seja diferente e diferente para melhor.

A mensagem aos Irmãos desta Misericórdia é a da grandeza social e humana desta Instituição, que enfrenta as dificuldades com determinação sem se desviar da missão de “bem-fazer”, e que se coloca à disposição dos cidadãos, que o solicitem, quando o necessitarem.

A presença desta Santa Casa no seio da sociedade decorre de forma marcante, no respeito pelos valores humanistas e cristãos que caracterizam (desde há 500 anos) a missão das Santas Casas e, em concreto, da Misericórdia de Seia.

Como sempre, as preocupações sociais e assistenciais encontram soluções pela força de vontade, na generosidade e dedicação de quem serve a Misericórdia.



## OS NÚMEROS DE 2018

(NÚMEROS MÉDIOS)

### INFÂNCIA

97 crianças em Creche

103 Crianças em Pré-Escolar

### IDOSOS

65 idosos em Estrutura Residencial

40 utentes em Apoio Domiciliário

### SAÚDE

#### Cuidados continuados integrados

42 utentes em Unidade Média Duração e Reabilitação de Cuidados Continuados Integrados

2 utentes particulares

#### Clínica Médica e de Reabilitação

540 tratamentos fisioterapia /hidroterapia e pilates clínico

86 serviços clínicos e terapêuticos

### ÁREA SOCIO COMUNITÁRIA

38 famílias apoiadas em Loja Social

17 refeições diárias em Cantina Social

### ÁREA CULTURAL E RELIGIOSA

Espaço Museológico | Igreja da Misericórdia | Capela Mortuária | Capela Sr. do Calvário

Centro Interpretativo de Seia e Seu Centro Histórico

131 TRABALHADORES

20 PRESTADORES DE SERVIÇOS

18 VOLUNTÁRIAS/OS



## TOMBO DOS IRMÃOS

### Irmãos Admitidos

<u>Nº IRMÃO(A)</u>	<u>NOME</u>
1099	Luís Miguel dos Santos Mendes
1100	Helder Fernando da Costa Rebelo
1101	Maria Manuela da Costa Oliveira
1102	Paula Cristina da Silva Oliveira Batista
1103	Horácio Nogueira Borges Fernndes
1104	Maria José Martins Ferreira
1105	Maria João Melo Fragoso
1106	Ana Maria Marques Oliveira
1107	Maria Fernanda Marques Branquinho Oliveira
1108	António João Marques Alves
1109	Maria Lídia Almeida Figueiredo
1110	Maria Manuela Brito Figueiredo Ascensão
1111	Henrique Manuel Amaral Antunes Esteves
1112	Leonilde Pires da Silva
1113	Beatriz Gouveia Ferrão Marques Abreu
1114	Ana Maria Pires Vaz
1115	Humberto Fernando da Costa Quaresma
1116	Tânia C. Cardoso Simões Figueiredo
1117	Carla Maria Borges Silva
1118	Berta Luz Ferreira Martins
1119	Maria Alice Faria Alves Lopes
1120	Alice Carla Freitas Nogueira Silva Campos
1121	Davide Figueiredo Ferrão
1122	Rogério Neves da Silva
1123	José Nuno Póvoa Cunha
1124	Mário Alberto Garcia Cardoso
1125	Nuno Fernando Martins Lopes
1126	Ana Cristina das Neves Marques Cardoso
1127	Carla Alexandra Marques Tavares dos Reis
1128	José Freire das Neves
1129	Cândida Freire da Silva Neves



Relatório de Atividades e  
Contas do Exercício de 2018



## Irmãos Falecidos

16	Amadeu Esteves Tavares
357	José Mendes da Silva
425	Maria Regina Custódio Martins
258	Antônio Francisco Pires
24	Luísa Maria Melo Seixas
997	Maria Esmeralda Monteiro da Silva

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Fernando Béco
Vice-Presidente	José Manuel Mendes Marques
Secretário	Ana Rita Amaral Soares Henriques

### Mesa Administrativa

Presidente	Alcides Soares Henriques
Vice-Provedor	Virgílio Ribeiro Borges
Secretária	Maria Lúcia Pires da Silva Leitão
Tesoureiro	Paulo Caetano Abrantes Jorge
Vogal	Ricardo Nuno Dias Mendes Lopes Alves
Suplentes	Maria Isabel dos Santos Miranda Mota Maria de Fátima Pinto da Silva Maria do Rosário Coutinho Dias

### Definitório ou Conselho Fiscal

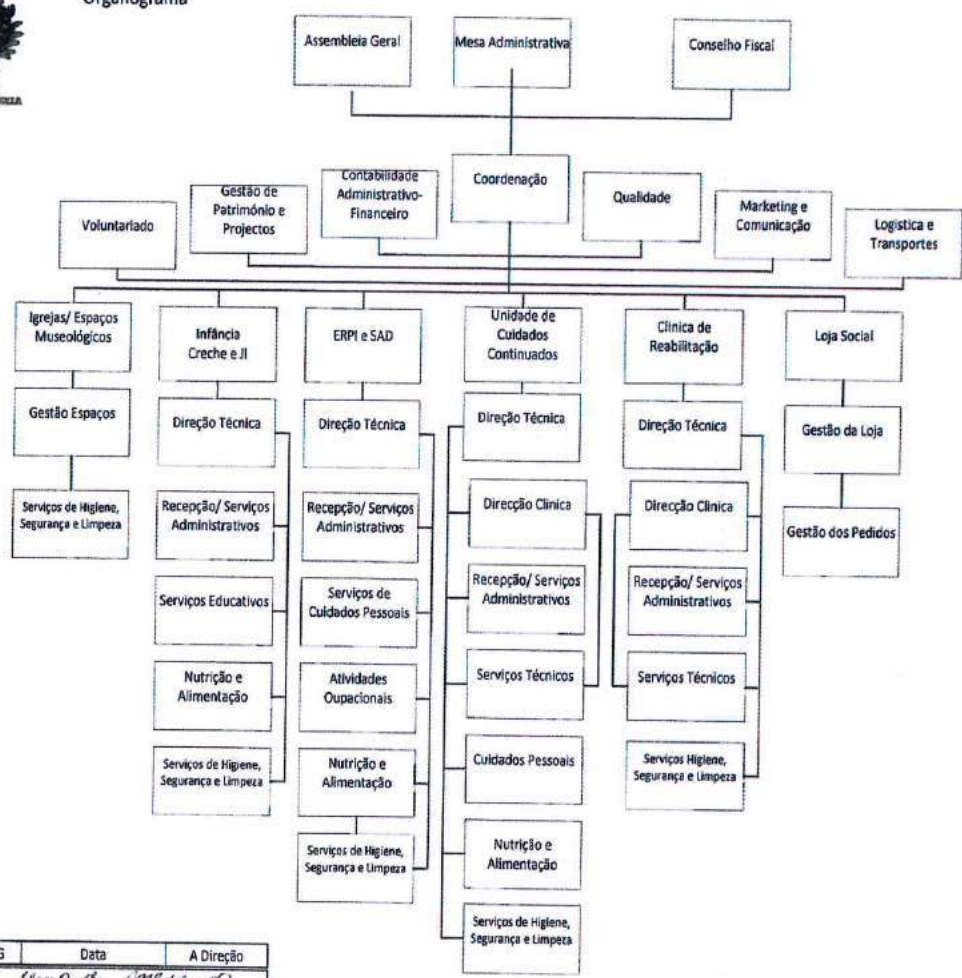
Presidente	Miguel Cecílio Pereira Bessa
Vice-Presidente	Patrícia Garcia Amaral
Secretária	Maria Eulália Anacleto Silva Clara
Suplentes	Vera Lúcia Rodrigues Mota Elisabete Maria Oliveira Cunha Mariana da Luz Figueiredo Aires



# ORGANOGRAMA



Organograma



REV.0	ORG	Data	A Direção
Aprovado: <i>Dr. Nelson de Melo</i>			
<i>26 de Novembro de 2019</i>			
<i>Alcides Henriques (Diretor)</i>			

## MISSÃO, VISÃO E VALORES

### Missão

A Santa Casa da Misericórdia de Seia é uma Instituição Misericórdia, com intervenção direta na área social. De acordo com o artigo 4.º do Compromisso da SCM de Seia, o âmbito da atividade da Instituição não se confina ao campo da ação social, abrange outros meios de fazer o bem, designadamente no setor da saúde, da educação e da formação, no apoio à família, na proteção da infância, da juventude e da velhice.

### Visão

A Santa Casa da Misericórdia de Seia pretende ser uma instituição de referência nas Valências que desenvolve, baseando a sua intervenção na procura da melhoria contínua dos serviços prestados à população do concelho de Seia, em primeira instância, e a nível distrital e nacional na prestação de cuidados de saúde.

### Valores

Solidariedade e Amor ao próximo

Ética e Profissionalismo

Respeito e Confiança

Verdade e Humanismo

Igualdade e Justiça social

Responsabilidade e Dignidade

Benevolência e Humanização de cuidados

Envolvimento e Transparência

Multidisciplinariedade e Interdisciplinaridade

## RESPOSTAS SOCIAIS E ÁREAS DE ACTUAÇÃO

### Enquadramento

O presente relatório visa descrever as actividades desenvolvidas no decorrer do ano 2018 das várias respostas sociais e outras, desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia de Seia.

Num contexto de anos consecutivos em crise sócio-económica, que mais se evidencia num concelho do interior, importa referir as condicionantes externas que influenciaram o desenvolvimento das actividades e acima de tudo os resultados operacionais da Instituição.

No que respeita aos acordos com o governo foi conhecida em abril a Adenda para 2018 ao **Compromisso de Cooperação para o biénio 2017-2018**, que definiu para este ano um aumento da comparticipação financeira da segurança social de 2,2% face ao observado em 2017. Este aumento verificou-se no mês de maio com pagamento de retroativos a Janeiro nas valências de Creche, ERPI e SAD.

A mesma Adenda defeniui, quanto à Rede Nacional de Cuidados Continuados, proceder no ano 2018 à atualização dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social em **2,2%**, face aos preços defenidos na Portaria n.º 353/2017 de 16 de novembro. No entanto, quanto a este ponto o que se verificou através da Portaria n.º 10/2019 de 14 de janeiro foi a aplicação desse aumento apenas no mês de dezembro, sem qualquer retroativo.

Em Janeiro de 2018 procedeu-se à atualização do SMN para o montante de 580,00€, beneficiando 32 trabalhadores. A par desta atualização a Mesa Administrativa deliberou pelo aumento de todos os outros trabalhadores em 7,5€ mensais.

Em maio no âmbito das comemorações da Semana da Padroeira, inaugurou-se a nova Ala da ERPI destinada às pessoas com demências e inicou-se este novo serviço com terapêuticas adequadas a estes utentes.

Foi com estas atualizações que a Misericórdia desenvolveu a sua atividade que apesar de histórica tem vindo a ser renovada para uma reposta adequada às necessidades atuais da comunidade onde está inserida.



## ÁREA DA INFÂNCIA

Na Infância a Misericórdia de Seia tem duas respostas sociais, Creche e Pré-escolar, que funcionam acopladas num mesmo edifício facilitando assim a repartição de recursos técnicos e humanos.

Analisar um ano comum nestas valências é analisar dois períodos educativos diferentes, dado que o ano letivo inicia em setembro e decorre até junho, sendo o mês de julho e agosto mais dedicado às atividades sociais e culturais.

Assim, para se perceber a evolução da atividade destas valências nos últimos anos, teve-se em conta o número médio de crianças que frequentaram a instituição.

N.º médio de crianças	2015	2016	2017	2018
Creche	96	96	94	97
Jardim de Infância	90	80	91	103
	186	176	185	200

Analisando os últimos quatro anos, percebemos que em 2017 se inverteu a tendência que se vinha verificando de decréscimo, aumentando 5% em relação ao ano anterior e 8% em 2019.

Este acréscimo verificou-se essencialmente no pré-escolar a partir de setembro de com a entrada do ano letivo e que se prolongou a junho de 2018. Com a entrada do novo ano letivo em setembro verificou-se uma diminuição destes utentes, contabilizando-se 101 em dezembro. Situação inversa aconteceu com os utentes de creche, contabilizando-se em dezembro 105 crianças.

O **custo médio mensal** dos utentes de creche cifrou-se em 334,16€ e dos utentes de Jardim em 253,24€.

Os valores médios das participações familiares e os valores comparticipados pela segurança social, foram os seguintes:

Receita por utente (mês)	Creche	Jardim
Comparticipação da S Social por utente	264,61 €	175,23 €
Valor médio da participação familiar (mensalidades)	71,48 €	77,28€
	<b>336,09€</b>	<b>252,51 €</b>

Os valores apresentados no quadro anterior, representam a comparticipação da Segurança Social, para 75 crianças na valência de Creche e 92 crianças na valência de Pré-escolar. As restantes crianças que a Misericórdia acolhe, são abrangidos pelos mesmos custos, mas pagam as mensalidades de acordo com os rendimentos familiares.

### Projeto Educativo

O Projeto Educativo do ano letivo que terminou em junho de 2018 com o tema: “**Vamos explorar a Natureza**”, teve como objetivo proporcionar às crianças o contato com a terra, a água, a lama e todos os seres vivos próprios da natureza nas suas experiências e vivências.

Uma vez que a nossa região foi muito fustigada pelos incêndios, e tal facto perturbou algumas das nossas crianças, considerámos de extrema importância sensibilizá-las para o valor que as árvores têm na nossa vida. Daí ter surgido um sub-tema “**Uma Árvore Um Amigo**”.

Assim, repartidos em três grandes áreas de conteúdo pretendem-se alcançar os seguintes objetivos:

#### Área de Formação Pessoal e Social

- Educar cidadãos responsáveis com hábitos de preservação e conservação do meio ambiente.
- Despertar a curiosidade pelo mundo social e natural formulando perguntas e imaginando soluções para compreendê-los.

#### Área da Comunicação/Expressão

- Promover o interesse e despertar a curiosidade pelo mundo social e natural formulando perguntas e imaginando soluções para compreendê-las.



- Participar em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito à natureza.

#### Área do conhecimento do Mundo

- Explorar o ambiente, para que a criança possa estabelecer contacto com pequenos animais e plantas, manifestando curiosidade e interesse;
- Valorizar, reforçar e ampliar experiências e saberes.

Durante todo o ano tentou criar-se um clima relacional em que cuidar e educar estivessem intimamente interligados, em que o desenvolvimento motor, social, emocional, cognitivo e linguístico influenciasse aprendizagens e desenvolvesse relações afetivas.



Em complemento das atividades educativas diárias, todas as crianças, desde o berçário beneficiam da **expressão musical**. Para um harmonioso desenvolvimento físico e integral, todas as crianças a partir dos dois anos, tem **educação motora** e a partir dos quatro anos praticam **natação**.

É facultada a frequência a aulas de **Inglês** e **Karatê** e é prestado apoio de **Terapia da Fala**, **Musicoterapia** e **Terapia Ocupacional**. No presente ano letivo iniciámos uma nova atividade no jardim-de-infância, o **Yoga**.

Enquadradas nos projetos pedagógicos, para além das atividades educativas diárias realizaram-se **outras atividades**, das quais se destaca a comemoração do Magusto, Baile de Carnaval, Dia do Pai e do Dia da Mãe, onde se proporcionaram momentos que envolveram grande parte dos pais das crianças da nossa instituição. Em outubro realizámos uma Feira de Bolos e Doces em que participaram todas as salas com diversas confeções.

Realizámos as duas grandes festas das crianças, a Festa de Natal e a Festa de Final de Ano Letivo e participámos também, como já vem sendo hábito nos últimos anos, nas Marchas Populares da cidade. Estes três eventos são sempre momentos





importantes na nossa atividade educativa, pois são momentos onde apresentamos um pouco mais do nosso trabalho não só aos pais das crianças, mas também a toda a comunidade envolvente.

No final do mês maio, na habitual viagem de final de ano letivo, as nossas crianças de jardim-de-infância puderam conhecer e aproximar-se de animais marinhos, como tubarões, diversos tipos de peixes, lontras e tartarugas marinhas, na visita que fizeram ao Oceanário de Lisboa.



O início do atual ano letivo também teve direito a viagem. A cidade de Aveiro foi a escolhida e aí as nossas crianças puderam realizar um passeio de moliceiro, visitar o Museu do brincar e ainda houve



tempo para ir ver o mar, uma vez que algumas crianças nunca tiveram essa oportunidade. Este tipo de experiências possibilitou o contacto com novas realidades e ambientes diferentes, assim como proporcionou a sua autonomia em meios que não lhe são tão familiares, preenchendo-lhes uma bagagem de recordações que ficam para a vida inteira.

O convívio entre famílias, este ano foi realizado na Sra. do Desterro, com um fotonpaper entre os pais das crianças. Foi um autêntico sucesso pela grande adesão das famílias e pelos feedbacks recebidos. Este tipo de atividades permite uma grande aproximação entre pais e comunidade educativa, contribuindo assim para o bem-estar e à vontade das nossas crianças com ambos os intervenientes do processo educativo.



## ÁREA DA TERCEIRA IDADE

Nesta área a Santa Casa da Misericórdia de Seia desenvolve a sua actividade através de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), contando com serviço especializado em demência, e Serviço de Apoio Domiciliário, sendo este efetuado a partir das estruturas e equipamentos existentes na Estrutura Residencial.

A Estrutura Residencial tem vindo a sofrer consecutivamente melhorias físicas para aumentar o conforto dos utentes e bem-estar dos colaboradores. A partir de maio de 2018 começou a contar com uma nova Ala, especialmente equipada para pessoas com demência. Esta Ala integra 12 quartos, sala de enfermagem, sala de estar, sala de jantar, sala de fisioterapia, ginásio mental e sala de *Snoezelen* que está especialmente adaptada e equipada para intervir terapêuticamente na demência.

A obra de construção deste novo espaço permitiu também a readaptação e melhoramento dos espaços já existentes, de que são exemplos a colocação de novas portas e janelas com vidro duplo, que muito contribuíram para a melhoria das condições térmicas e de eficiência energética, a colocação de portas corta-fogo, a criação de claraboias para mais luz natural, o arranjo dos espaços exteriores e outros melhoramentos para um maior conforto dos utentes. Para além disso, procedeu-se à renovação do mobiliário da sala de jantar e quartos com camas adaptadas e menor número de camas por quarto.

### **Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)**

Com uma capacidade para 65 residentes, pode-se considerar que a taxa de ocupação foi de 100% uma vez que existe uma lista de espera para novas entradas na ERPI de cerca de 30 candidatos o que possibilitou a ocupação quase imediata à medida que iam surgindo vagas por falecimento de utentes. Do total dos utentes, 12 ocupam a ala de demência a partir de maio de 2018.

Nesta valência o **custo médio do utente** foi em 2018 de 932,16€/mês. A comparticipação da Segurança Social para os 50 utentes com acordo para esta resposta foi de 383,16€. A mensalidade média dos utentes, calculada com base nos seus



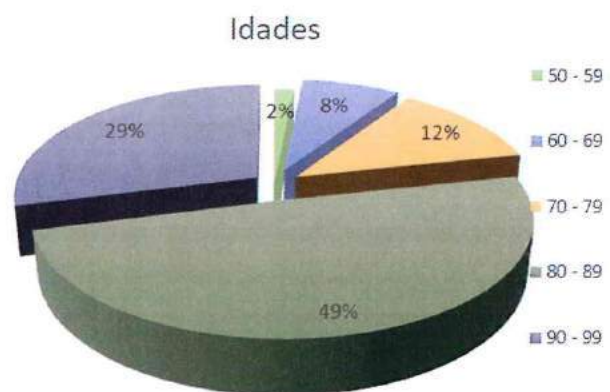


rendimentos e do seu nível de dependência foi de 538,00€, adicionada de uma participação familiar média de 166,16€ para cerca de 24 utentes.

### Caracterização do Utente residente

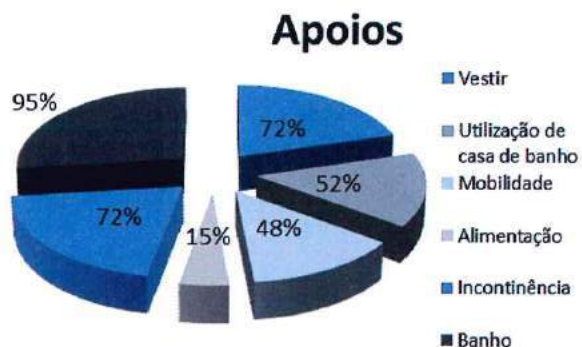
Durante o ano de 2018 foram realizadas 19 admissões à medida que foram abrindo vagas por óbito de utentes. Quanto ao tempo de permanência, 5 dos utentes encontram-se institucionalizados nesta estrutura residencial há mais de 15 anos, 5 residem na instituição há mais de 10 e menos de 15 anos e 21 há mais de 5 anos e menos de 10 anos. Os restantes 34 estão há menos de 5 anos nesta valência.

A população residente a 31 de dezembro de 2018 era maioritariamente do género feminino, com cerca de 71%. Quanto à sua idade, predominava o grupo dos 80 a 89 anos com 49%, mas era também significativo o grupo dos 90 a 99 com 29%, podendo-se concluir que esta residência tem uma população muito idosa, circunstância que se agravou em relação ao ano anterior, como se vê no gráfico (idades).



Entendendo por pessoa dependente aquela que apresenta uma perda mais ou menos importante da sua autonomia funcional e da sua capacidade para realizar de forma independente as atividades da vida diária, necessitando de ajuda de

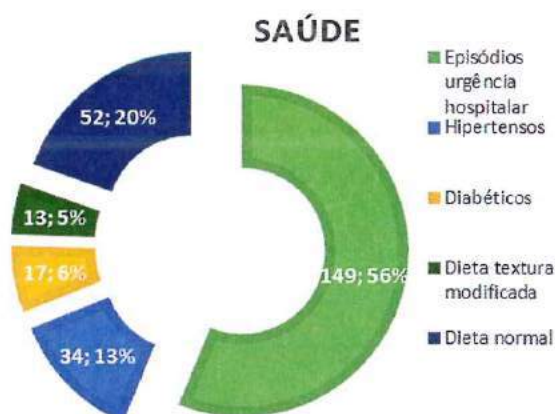
terceira pessoa para as desenvolver, constatamos pela análise do gráfico (apoios) que a maior dependência se verifica na realização do “banho” (95%), bem como no vestir e no apoio à incontinência (ambos 72%), na utilização da casa de banho (52%), na deslocação (48%) e até na sua “alimentação” (15%).





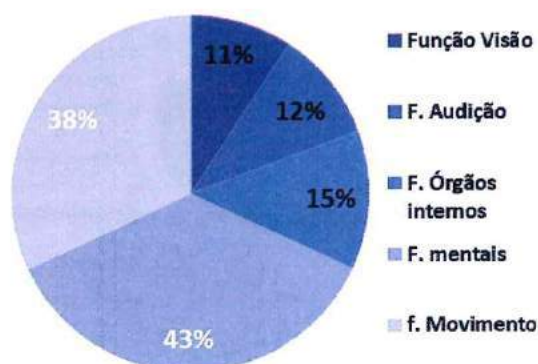
Ao longo do ano de 2018 registaram-se 149 idas à urgência do hospital, um valor que aumentou em relação ao ano anterior, das quais 39 deveram-se a casos de quedas, 36 a problemas respiratórios e 74 casos devidos a razões várias.

No âmbito das doenças crónicas há a registar 17 utentes diabéticos, sendo que apenas três são insulino-tratados. O número de hipertensos é de 34. No campo alimentar, a grande maioria (n=52) faz uma dieta normal e 13 utentes têm dieta de textura modificada (gráfico saúde).

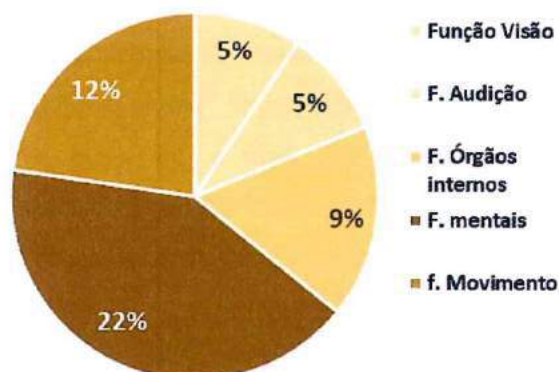


Quanto à existência ou não de problemas nas funções do corpo, de acordo com os gráficos que se seguem, podemos afirmar que os utentes têm problemas nas funções da visão, audição, nas funções dos órgãos ou aparelhos internos e nas funções relacionadas com o movimento. É nas funções mentais e de movimento que se encontra a maior incidência de situações de problema grave e completo, com 43% e 38% de utentes respetivamente. A maior percentagem da situação de “problema moderado” acontece também nas funções mentais e de movimento com 22% e 12% respetivamente. As funções que se apresentam sem problemas em maior percentagem são a visão e a audição com 85% e 83% respetivamente. As funções mentais e de movimento são aquelas com a menor percentagem de “sem problemas”, ou seja, a mobilidade e as questões de demência são as mais preocupantes.

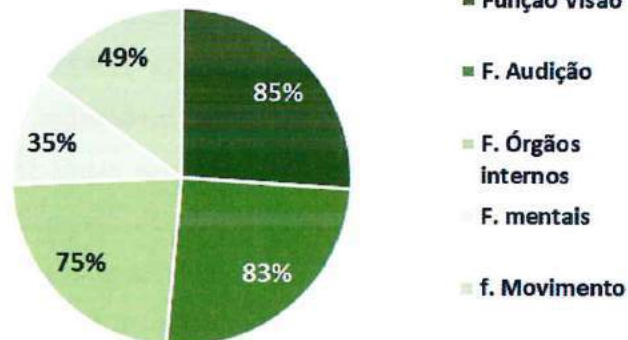
**Problema Grave e Completo das funções**



**Problema Moderado das funções**



### Sem Problema das funções



Em relação à demência, no ano de 2018 verificou-se um aumento do número de casos, seja nos utentes que já se encontravam na Instituição, seja por novos utentes que ingressaram neste ano. Assim, 22 utentes têm demência diagnosticada e 11 têm demência previsível. Como já se referiu, ao longo do ano de 2018 foram sendo criadas as condições para implementar uma abordagem e tratamento ainda mais diferenciado a estes utentes com demência.

No segundo semestre entrou em funcionamento uma nova ala com serviços diferenciados, em que as condições físicas do espaço, o equipamento, a sala de fisioterapia, o ginásio mental e a sala de *Snoezelen* e ainda uma equipa multidisciplinar se adequam a estes utentes com demência.



Este serviço tem capacidade para 12 utentes, que se encontra totalmente preenchido. São na sua maioria mulheres (7 mulheres e 5 homens), com idades compreendidas entre os 75 e os 97 anos de idade, possuem habilitações acima da média e com profissões como: advogados, professores, gestores, pessoas que desempenhavam cargos de grande responsabilidade nos seus locais de trabalho (CTT, EDP), músicos e pessoas com estabelecimento próprio. Os tipos de Demência dos utentes que se encontram neste serviço são: Demência Vasculiar (1), Demência Frontotemporal (1), Alzheimer (5) e Défice Cognitivo Ligeiro (DCL - 5). No que diz respeito à sua autonomia nas AVD's todos eles necessitam de ajuda parcial ou total. Quanto ao grau de autonomia na locomoção verifica-se que três utentes se deslocam de cadeira de



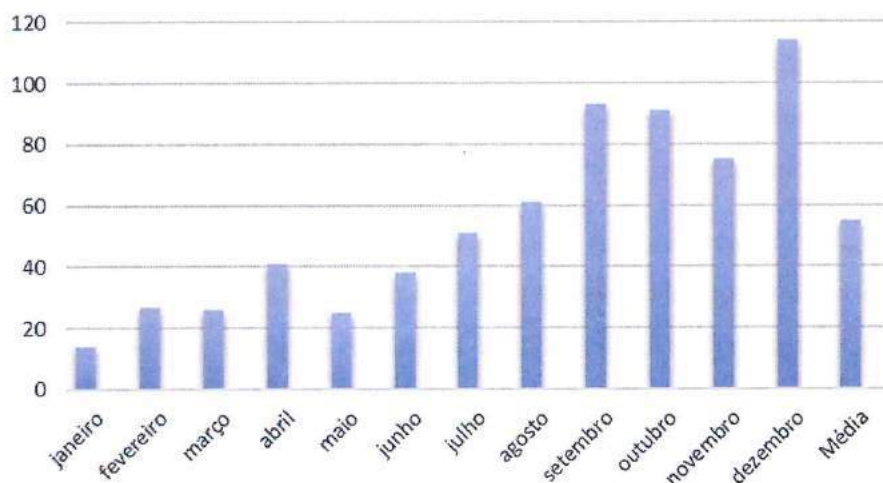
rodas, um necessita de ajuda de andarilho e os restantes realizam marcha de forma autónoma e sem supervisão.



Estes utentes/clientes são acompanhados pela neuropsicóloga realizando sessões de estimulação cognitiva e reavaliações, todos eles têm terapia da fala, fisioterapia diária, sessões de psicomotricidade, treino de AVD's, treino de prevenção anti quedas e sessões de relaxamento, para além dos trabalhos manuais e das restantes atividades que são comuns aos restantes utentes/clientes da ERPI.

Em relação à vida social, acredita-se que o convívio, a interação com os colaboradores e a família podem ser pilares fundamentais para o bem-estar e a felicidade dos idosos e é perceptível que as visitas e as saídas com a família têm em relação a eles um efeito positivo. Como se verifica no gráfico que se segue, o número de saídas varia ao longo do ano, apresenta uma média de 55 saídas por mês, sendo o mês de dezembro aquele em que se regista um maior número de saídas, naturalmente devido às festividades natalícias. É também de notar que os primeiros meses do ano registam um valor baixo de saídas, mesmo abaixo da média, atendendo ao total de utentes.

**Número de Saídas dos Utentes**





## Atividades de Animação

A equipa multidisciplinar procura desenvolver atividades que integrem o valor da pessoa idosa nas vertentes biológicas, psíquicas e sociais, possibilitando uma melhor qualidade de vida.

Nos programas que são feitos para as atividades diárias, semanais e anuais tem-se em conta todas estas limitações e procura-se adaptar a atividade às necessidades específicas de cada utente. Durante o ano de 2018 foram realizadas várias atividades nas diferentes áreas de intervenção mais precisamente nas áreas lúdico-recreativas, culturais, sociais, intelectuais/formativas, espirituais e/ou religiosas, quotidianas e desportivas, seguindo o plano de atividades previamente aprovado.



De todas as atividades realizadas durante o ano, destacamos as que maior interesse despertou nos nossos Idosos, sendo elas; a participação nas VI Olimpíadas Seniores, que se realizou no dia 3 de Maio na Telhadela e contou com a participação de cerca de 2000 idosos; também em Maio, e como já tem sendo hábito, os nossos idosos tem uma participação ativa na preparação da 5ª Caminhada



da Misericórdia; as sessões de cinema “Recordar é Viver”; a ginástica geriátrica e os passeios culturais, salientando como os de maior interesse, o Museu da Vista Alegre, o Museu Marítimo, a visita ao santuário da Nossa Senhora da Lapa e o Museu de Arte Sacra de Covilhã, bem como a visita ao Santuário de Fátima. Continuamos com as atividades ao ar livre, das quais

podemos destacar o Treino de Manutenção Corpo e Mente, que tem como principal objetivo estimular corpo e mente ao ar livre, havendo o aproveitamento do campo de manutenção da Folgosa do Salvador para se fazerem grelhados e o almoço ao ar livre, que muito lhes agrada. No âmbito cognitivo propuseram-se diferentes jogos: alfabeto, bingo/loto, bingo dos cheiros, bingo da música, às cegas, jogo da glória sénior, dominó de provérbios entre outros e atividades de destreza manual como a pintura, “atelier” de culinária, costura e vários outros trabalhos manuais.



Muito entusiasmo foi demonstrado na preparação da decoração para a época Natalícia, que contou com a participação de todos os Idosos, e de todas as atividades desenvolvidas desta época a que



eles mais gostaram de realizar foi a pequena peça de teatro “o Nascimento de uma Estrela”. Verifica-se uma participação cada vez maior nas diversas atividades que se oferecem, uma vez que a equipa técnica tem a preocupação de adequar as atividades às capacidades e limitações de cada utente.

### Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Este serviço prestado através da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas tem como objetivos principais: a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias, retardar a institucionalização, assegurar a satisfação de necessidades básicas, prestar cuidados de saúde de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos e famílias de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar.

Em 31 de dezembro de 2018, era prestado apoio domiciliário a 28 utentes comparticipados pela segurança social e mais 8 utentes particulares. Este serviço é prestado todos os dias da semana, assegurado por 4 ajudantes familiares e duas viaturas, para além dos recursos repartidos pela estrutura residencial. O número de utentes apoiados em função dos serviços contratualizados distribuiu-se da seguinte forma (gráfico seguinte):



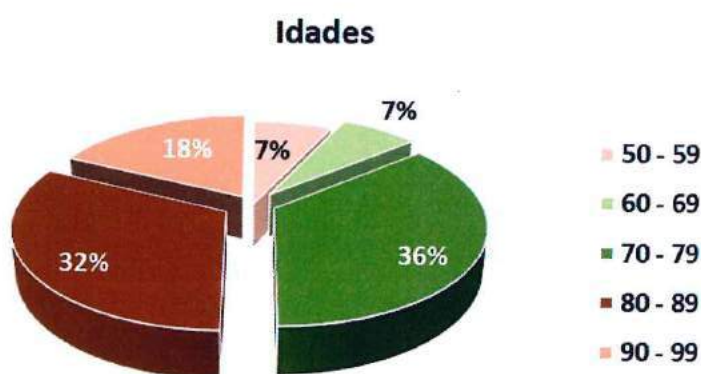
O serviço mais procurado foi, sem dúvida, o da alimentação, que é servida diariamente. É também significativo o número de utentes que utilizaram os serviços de higiene habitacional e tratamento de roupa. A maioria dos utentes está a beneficiar dos serviços há mais de 5 anos, 3 já beneficiam há mais de 10 anos e 3 há mais de 15 anos.



O **custo médio mensal** destes utentes foi em 2018 de 229,71€, com uma comparticipação da segurança social de 195,38€ e as mensalidades médias para pagamento destes serviços foram em 2018 as seguintes:

Alimentação (27 + 8 utentes)	Restantes serviços (28 utentes)
99€	69,47€

Quanto à idade, esta população encontrava-se distribuída da seguinte forma (gráfico seguinte):

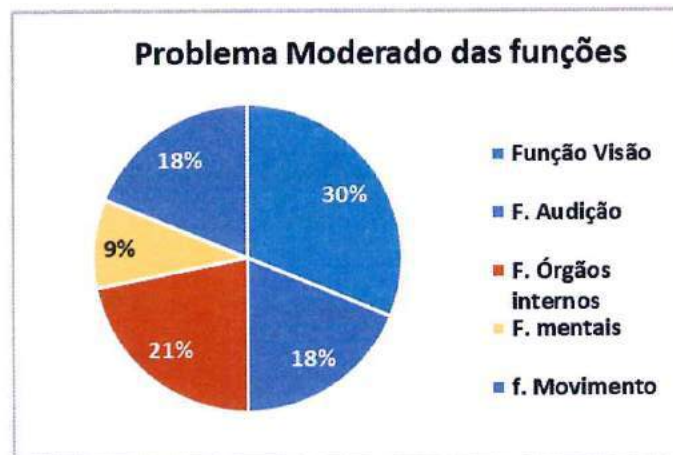


É ao grupo etário dos 70 a 79 anos e dos 80 aos 89 que correspondem as maiores percentagens de utentes, 36 e 32%, respetivamente. O grupo dos 90 a 99 anos ainda assim conta com 18% da população e os grupos de menos idade são os menos representativos.

No que se refere ao nível de autonomia, **18** utentes são independentes no banho (**8** mulheres e **10** homens) e **10** (**5** mulheres e **5** homem) são dependentes. Em relação ao vestir **22** utentes são independentes (**10** mulheres e **12** homens) e **6** (**3** mulheres e **3** homem) são dependentes. Ao nível da utilização do WC **25** utentes são independentes (**12** mulheres e **13** homens) e **3** são dependentes (**1** mulher e **2** homens). Ao nível da mobilidade **25** utentes são independentes (**12** mulheres e **13** homens) e **3** (**1** mulheres e **2** homens) são dependentes. Relativamente à alimentação, **27** utentes (**13** mulheres e **14** homens) são independentes e **1** homem é dependente. Ao nível da continência verifica-se que **25** utentes (**12** mulheres e **13** homens) são independentes e **3** mulher são dependentes (**1** mulher e **2** homens).



Quanto à existência de problemas nas funções do corpo, a maior parte dos utentes não apresenta situação de “problema grave e completo” ao nível das funções consideradas. Contudo, uma percentagem significativa dos utentes do SAD apresenta “problema moderado”, nas funções, conforme figura seguinte.



### Atividades culturais e de Animação

Estes utentes apoiados têm ao seu dispor através do serviço de animação/socialização, um plano de atividades elaborado em conjunto com o plano da ERPI onde podem usufruir dos passeios culturais e participar nos festejos e convívios realizados em datas especiais, como é o caso dos santos populares, do São Martinho e da festa de Natal.

Assim, no decorrer do ano, estes utentes puderam participar na elaboração de um espantalho que esteve a concurso na Semana da Padroeira, participaram na marcha de São João e nos passeios culturais que se realizaram no mês de agosto. Festejaram o São Martinho no magusto realizado na ERPI e puderam elaborar algumas decorações de Natal que levaram para as suas casas.





## ÁREA DA SAÚDE

A Santa Casa da Misericórdia de Seia pretende afirmar-se como entidade prestadora de cuidados de saúde de excelência, numa perspetiva de proximidade, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Neste sentido, a Unidade de Saúde integra a Unidade de Cuidados Continuados Integrados e a Clínica Médica.

No âmbito das diferentes tipologias da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), a SCM Seia mantém-se, desde outubro de 2016, na tipologia de Unidade de Média Duração e Reabilitação, com 42 camas.

Na ala de internamento desta Unidade de Saúde existem ainda duas camas em regime de gestão particular.

### **Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)**

A UMDR presta cuidados continuados de saúde e de apoio a pessoas em situação de dependência, na sequência de doença aguda ou agravamento de doença crónica, com perda de funcionalidade e careçam de continuidade de cuidados de saúde, reabilitação funcional e apoio social pela sua complexidade ou duração prolongada.



Com vista à recuperação global da pessoa, promovendo a sua funcionalidade e autonomia em situação de dependência, são assegurados cuidados médicos diários, cuidados de enfermagem permanentes, prescrição e ministração de fármacos, cuidados de higiene, alimentação e nutrição, bem como de reabilitação funcional - fisioterapia, hidroterapia, terapia da fala e terapia ocupacional, apoio psicossocial, convívio e lazer.

Na UMDR da SCM Seia, o trabalho de reabilitação é multi e interdisciplinar, obedecendo a dinâmicas próprias e muito distintas das habitualmente observadas em ambiente hospitalar.

O internamento dos utentes tem uma previsibilidade superior a 30 e inferior a 90 dias, com possibilidade de prorrogação deste prazo, desde que reunidas condições para evolução do seu estado clínico.



Em 2018, a taxa de ocupação da UCCI rondou os 95%, efetivando-se 148 internamentos, sendo que 126 deram entrada e obtiveram alta no mesmo ano.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxa de Ocupação	95,8	97,1	94,7	95	95,2	97,2	91	98,2	96,4	93,5	90,6	95,2

Destes utentes, 59% (88) eram do sexo feminino e 41% (60) do sexo masculino.



A média de dias de internamento foi de 89 dias, porém 54 dos utentes beneficiaram de prorrogação do prazo de internamento.

Em relação à origem dos utentes, 59% (88) eram do distrito da Guarda, tendo sido a maioria referenciados pelas ECL do distrito. Ao nível do Distrito da Guarda, 40 eram de Seia e 10 de Gouveia. Alguns utentes eram provenientes de outros distritos, tais como de Coimbra (24), Viseu (20) e Castelo Branco (14).

Número utentes por ECL de referência



Número de utentes por distrito de origem





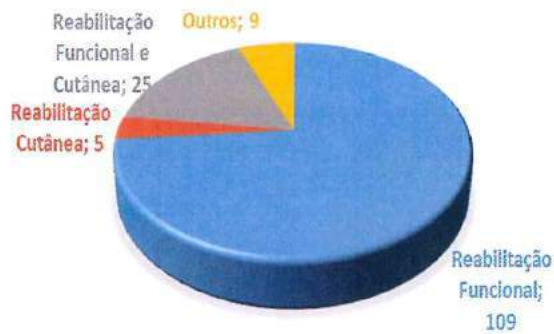
*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



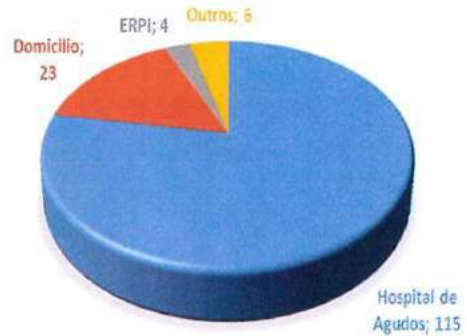
Quanto ao motivo do internamento, 74% dos utentes (109) entraram para Reabilitação Funcional, 17% (25) para Reabilitação Funcional e Cutânea, 3% (5) para Reabilitação Cutânea e 6% (9) por outros motivos, conforme mostra o gráfico abaixo.

Quanto à origem de referência, 78% (148) foram referenciados pelo Hospital de Agudos, 15% vieram do domicílio, 4% por outras entidades (p.ex.: hospitais privados) e 4 utentes vieram de ERPI.

MOTIVO DE INTERNAMENTO

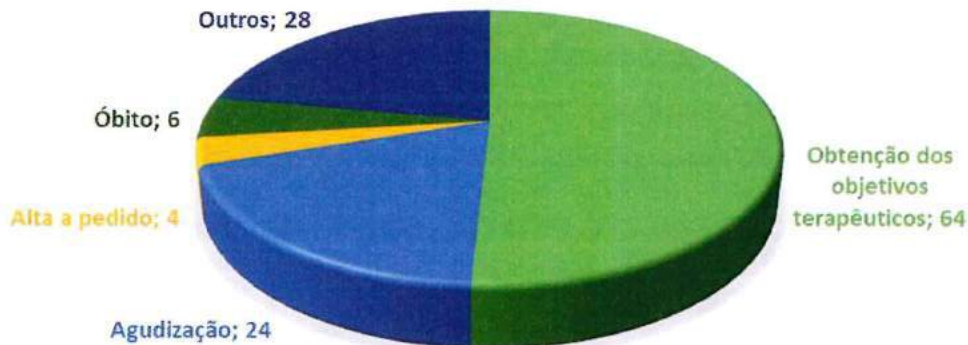


ORIGEM DE REFERENCIAÇÃO



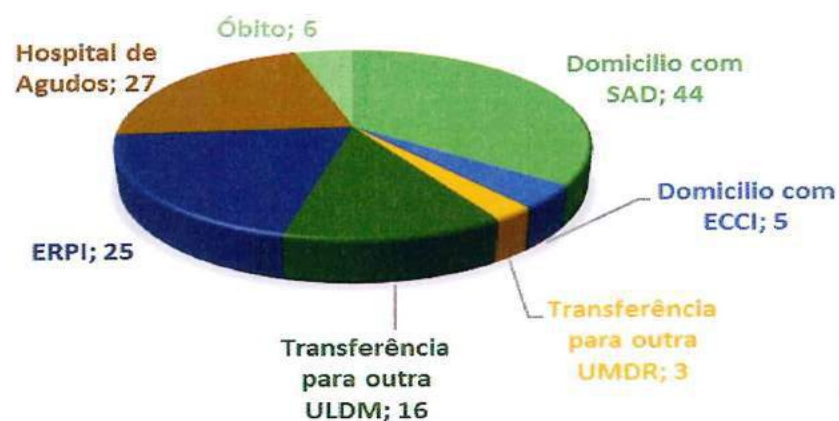
As altas em 2018 perfazem um total de 126, tendo sido o primeiro motivo, o de obtenção dos objetivos terapêuticos (51%), 22 % por outros motivos (tais como, transferência para outras tipologias da RNCCI), 19% por necessidade de agudização, 5 % por ocorrência de óbito e 3% solicitaram a alta antecipada.

MOTIVO DA ALTA



Após a alta da UMDR, a maioria dos utentes regressou ao domicílio (35%), com indicação do Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD) e 5% com referência para as Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI). O encaminhamento para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) foi a resposta para 20% dos utentes aquando a sua alta. Face à necessidade de cuidados de saúde específicos, 21% dos utentes integraram um Hospital de Agudos. As transferências para outras Unidades, de Média ou Longa Duração, aconteceram com 2% e 13% dos utentes, respetivamente.

### DESTINO DAS ALTAS



#### *Atividades de Animação Sociocultural e outras*

No âmbito do internamento, esta Unidade promove atividades de animação sociocultural com o objetivo de ocupação dos tempos livres, estimulação cognitiva e sensorial, desenvolvimento de competências psicoafectivas e das relações interpessoais.



As atividades são ainda planeadas de acordo com os saberes e culturas de cada utente, promovendo a sua auto-estima, a atividade e participação pessoal e na relação com o mundo. Deste plano de atividades consta também a comemoração das épocas festivas e dos aniversários dos nossos utentes.



Na continuidade do que é feito diariamente, parece-nos, igualmente, importante alargar a nossa atenção ao Cuidador Principal do utente e/ou aos seus familiares, promovendo uma reintegração familiar e social mais consciente e sensibilizada às suas verdadeiras necessidades e competências.



Neste sentido, a equipa de fisioterapia continua a promover Ensinamentos à Família, com vista a ensinamentos estruturados de posicionamentos de transferências, bem como de algumas medidas de Prevenção de Quedas.

Por outro lado, e ao longo de 2018, outros profissionais dinamizaram partilhas de conhecimentos de cariz clínico, terapêutico e até psicossocial, com vista a uma sensibilização dos utentes, seus responsáveis e/ou familiares para patologias específicas, medidas preventivas e/ou procedimentos corretos. Foi o caso da elaboração de *um Manual de Alimentação da Pessoa com Disfagia* ou de folhetos diversos, sobre Respostas Sociais para Pessoas Idosas, Incontinência Urinária, entre outros.



De resto, existe a preocupação que os profissionais de saúde da UMDR da SCM Seia prestem cuidados de saúde de forma o mais individualizada possível, de modo a conseguir-se a máxima funcionalidade e autonomia de cada indivíduo, em prol do seu bem-estar e qualidade de vida.

### **Clínica Médica**

A Clínica Médica da SCM Seia exerce a sua atividade clínica especializada na área de Medicina Física e Reabilitação, com a prestação diária de tratamentos de Fisioterapia, Hidroterapia e Pilates Clínico.

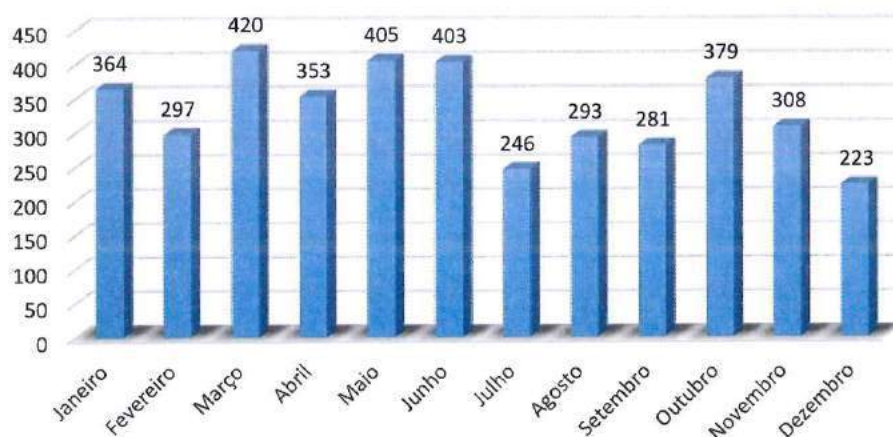
De um modo geral, os clientes da CM são, previamente, observados em consulta por um Médico especializado em Fisiatria e, subsequentemente, é instituído um programa de reabilitação específico.

O serviço de fisioterapia é assegurado por três fisioterapeutas em dois ginásios distintos e devidamente equipados. A CM possui um espaço próprio de hidroterapia, com piscina coberta e equipada com sistema de hidromassagem.

São prestadas consultas de outras especialidades médicas (Medicina Geral e Familiar, Cardiologia, Neurologia, Ortopedia e Psiquiatria), bem como outros serviços clínicos/terapêuticos (Acupunctura, Psicopedagogia Nutrição, Terapia da Fala e Podologia).

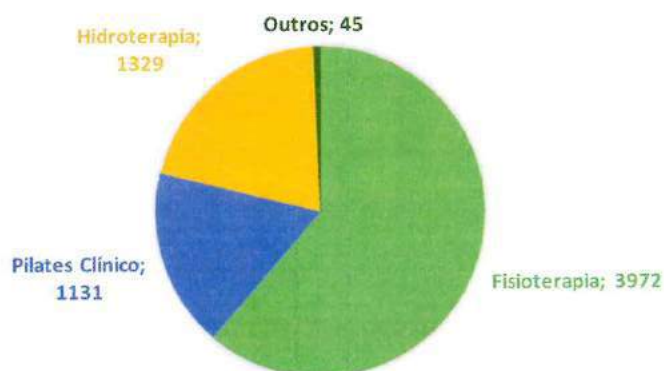
Com o intuito de alargar a diversidade dos serviços prestados na CM, no âmbito do bem-estar físico e psicossocial dos seus clientes, no ano de 2018 deu-se início às consultas de Pneumologia e Psicologia Clínica, assim como ao serviço de Terapia Ocupacional e Coaching.

### Tratamentos de Fisioterapia



No ano de 2018, 62% (3972) dos tratamentos realizados foram de Fisioterapia, cerca de 17% (1131) foram sessões de Pilates Clínico e 21% (1329) de Hidroterapia. Realizaram-se, ainda, 45 outros tipos de tratamentos, entre massagens de relaxamento, fisioterapia ou enfermagem no domicílio, conforme se pode verificar nos gráficos abaixo.

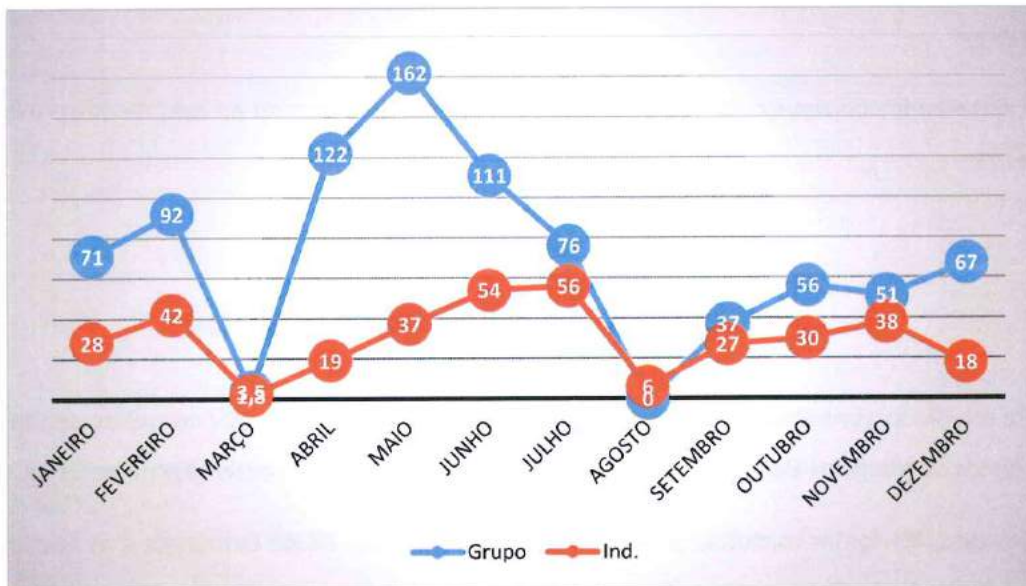
### NÚMERO DE TRATAMENTOS POR TIPO



A Hidroterapia funciona em regime Individual ou em Grupo, esta última com 3 Classes distintas, uma com a periodicidade de 2 vezes por semana (no período da manhã) e as outras duas 3 vezes por semana (no período da tarde). Num total de 1329 tratamentos, realizados no ano de 2018, 71% foram em grupo e 29% em tratamentos individuais. Durante o mês de Agosto, o serviço de Hidroterapia encerrou, procedendo-se ao esvaziamento, limpeza e manutenção do tanque.

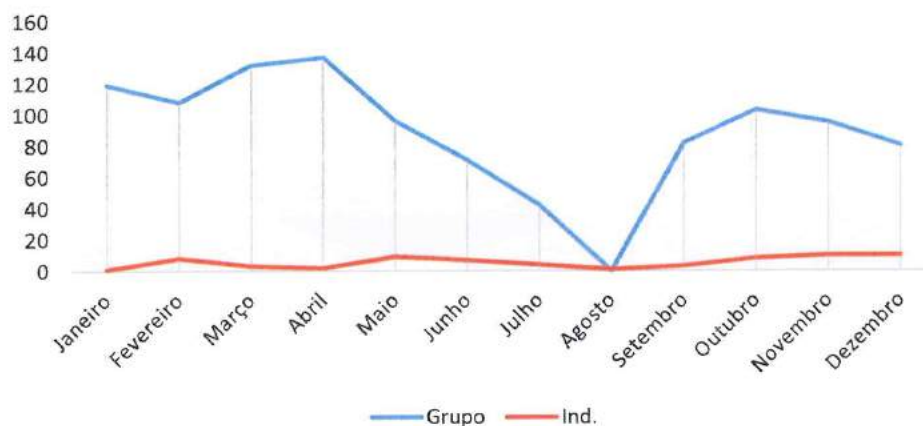


## Hidroterapia



## Pílates Clínico

Por sua vez, o Pílates Clínico manteve-se a funcionar com duas turmas por semana, duas vezes por semana. Esta é uma terapêutica que continua disponível, de forma gratuita, aos colaboradores da SCM Seia, como medida de prevenção de lesões e acidentes de trabalho decorrentes da atividade laboral.



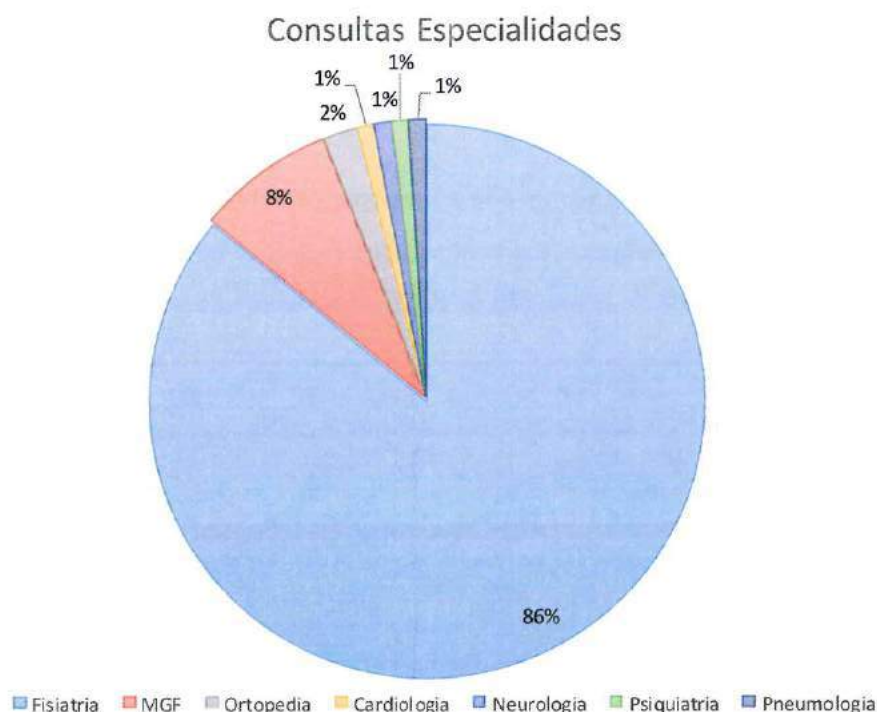
Contudo, a grande maioria dos clientes deste serviço, foram particulares, 91%, e apenas 9% foram colaboradores da instituição, verificando-se um decréscimo da sua participação em relação ao ano anterior.

À semelhança do serviço de Hidroterapia, o Pílatas Clínico encerrou no mês de gosto para gozo de férias.

## Consultas de Especialidade

Em relação às consultas de Especialidade Médicas, estas totalizaram 907 consultas, sendo que as de Fisiatria ou Medicina Desportiva continuam a representar a maior percentagem, neste caso 86%.

De resto, 8% foram consultas de Medicina Feral e Familiar, 2% de Ortopedia e as restantes foram consultas de Cardiologia, Neurologia, Psiquiatria e Pneumologia, conforme gráfico abaixo.



Os utentes da CM podem usufruir das consultas elou tratamentos de fisioterapia a título Particular elou no âmbito de Acordos com Seguradoras/Subsistemas de Saúde, nomeadamente: Médis, Caravela Seguros, Multicare, Trust – Açoreana Seguros, Trust – AON, Vitória Seguros, Advance Care, CA Seguros, Liberty Seguros , Rede Nacional de Assistência (RNA), Lusitânia Seguros, Medicare, PT ACS, TrueClinic, Serviços Sociais da CGD, HealthCare Assistance, SAMS e Wells.





## ÁREA DA SOCIO COMUNITÁRIA

### Loja Social

Num momento em que a dificuldade sócio-económica porque passa o nosso concelho, mais se evidencia em consequência dos incêndios de outubro de 2017, é fundamental a ação voluntariosa exercida pela nossa Loja Social, que atua junto da população mais vulnerável de forma a proporcionar-lhes um maior bem-estar.

Neste sentido, a Loja Social da Misericórdia de Seia, pretende atenuar algumas necessidades imediatas das famílias carenciadas, mediante a criação de um banco de bens usados, doados por particulares ou empresas, que são depois atribuídos gratuitamente a indivíduos ou famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.



O principal objetivo é promover e contribuir para uma melhoria das condições de vida dos indivíduos ou famílias em situação de maior vulnerabilidade social, através da atribuição de bens de diversa ordem, como sendo vestuário, calçado, têxteis, mobiliário e pequenos eletrodomésticos, para além do pão distribuído semanalmente e outros bens alimentares para os casos de maior necessidade.

Procura ainda, ajudar a resolver problemas de desemprego, encaminhando as famílias para as entidades competentes.

Com estas ações promove também a preservação ambiental, contribuindo para o combate ao desperdício e procedendo ao reaproveitamento de bens e equipamentos.

Toda a atividade é concretizada por um grupo de voluntários que humanizam esta causa de forma altruísta.

Durante o ano 2018 foram realizadas várias ações, que destacam o importante papel que esta área de atuação, desempenha na sociedade onde se encontra inserida.

A participação na Festa da Cidade, é uma atividade de calendário da Loja Social, em que esta divulga a instituição e a actividade que desenvolve, numa banca de rua com diversos artigos e cujo valor angariado reverte para as ações solidárias que a Loja promove.





A atuação destes voluntários também se estende às várias visitas efetuadas ao longo do ano aos utentes da Estrutura Residencial e da Unidade de Cuidados Continuados, proporcionando bons momentos de convívio e animação.

A Loja Social continua a apoiar famílias vítimas dos Incêndios e cada vez mais famílias estrangeiras que têm chegado ao nosso concelho em busca de melhores condições de vida.



A Loja Social integra a Rede Social do Município de Seia (Rede Entre Laços), tendo-se revelado uma parceria importante para a mediação de casos mais graves e de situações extremas de pobreza e exclusão social. Por meio desta rede, são realizadas várias visitas domiciliárias e atendimentos presenciais, onde se avaliam os riscos e necessidades dos indivíduos e suas famílias face à habitação, alimentação e necessidade de integração laboral.

### **Cantina Social e POAPMC**

No âmbito do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) , durante o ano de 2018 foram assinadas duas adendas ao protocolo da **Cantina Social**, tendo vindo a reduzir gradualmente o número de refeições protocoladas. Assim, iniciámos o ano com a distribuição de 21 refeições confeccionadas que foram reduzidas ao longo, sendo em dezembro apenas 14.

Através do **POAPMC – Programa Operacional de Ajuda às Pessoas Carenciadas** também no âmbito do FEAC, em que a Santa Casa da Misericórdia de Seia é uma entidade mediadora, parceira de outras sete entidades do concelho de Seia e distrito da Guarda que tem como entidade Coordenadora, o Centro Social da Quinta do Monterroso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Romão, apoiam-se mensalmente com distribuição de géneros alimentares 30 beneficiários.

Este programa permite aos seus beneficiários uma contribuição significativa para uma alimentação saudável e nutritiva, disponibilizando carne, peixe, legumes, cereias, azeite, leguminosas e laticínios.

Ao longo do ano foi possível fazer ações de sensibilização dirigidas a estes beneficiários, com o objetivo de os sensibilizar para a alimentação saudável e para o bom aproveitamento dos alimentos.

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Na sequência de uma candidatura submetida ao POISE, especificamente ao Programa de Formação para a Inclusão, ainda em 2017, a Misericórdia de Seia viu aprovado o projeto “Roteiro Formativo Inclusivo” em fevereiro de 2018.

Este projeto totaliza um volume de formação de 13500 horas, através do desenvolvimento de três ações de formação de 300 horas cada, integrando Unidades de formação modular certificada de 25 e de 50 horas, nas áreas do Comércio e da Hotelaria e Restauração.

Para a concretização do projeto foi elaborado procedimento de concurso, através do convite a três entidades prestadoras de serviços de formação e ao qual respondeu uma única entidade, a Lopes Garcia Consultores, Lda.

Depois do procedimento de concurso deu-se início ao projeto com esta entidade formadora em Junho desenvolvendo-se da seguinte forma:

Curso	Data Inicio	Data Fim	N.º Formandos
Assistente de Distribuição	20/06/2018	28/09/2018	16
Assistente de Andares	13/11/2018	23/01/2019	15
Assistente de Restaurante	13/02/2019	26/04/2019	16

A nível financeiro, o projeto envolve um custo total de 87 627,04€, dois quais 48 418,02€ reportam ao ano 2018.



## ÁREA CULTURAL E RELIGIOSA

A Misericórdia de Seia tem vindo a assumir um papel diferenciador e de crescimento ao nível do sector cultural. O ano de 2018 é exemplo de uma contínua ação de promoção e valorização, junto da comunidade local e dos visitantes, atuando com organismos locais e nacionais, em áreas como o ensino, a cultura e o turismo.

A divulgação ao nível da imprensa local e regional tem possibilitado, uma maior difusão da oferta e atividades desenvolvidas. Na edição do mês de novembro, o Espaço Museológico e a dinamização cultural exercida no Largo da Misericórdia e Centro Histórico da cidade, foram objeto de notícia no jornal Voz das Misericórdias – UMP. A reportagem potenciou a apresentação de uma estatística, que nos posiciona na linha da frente, ao nível do distrito da Guarda, na valorização e preservação do património cultural e histórico, a par com outras Misericórdias congéneres.

### **Espaço Museológico**

Desempenhando um conjunto de atividades que ao longo do ano têm solidificado a marca deste local de Identidade e Memória, o Espaço Museológico comemorou as já identificadas datas de calendário, quer de forma autónoma, ou quando possível através de parcerias, que muito enriquecem e potenciam a atuação em rede com outros organismos.

O início do ano foi marcado pela realização de várias exposições, onde “o museu saiu à rua”, e mais uma vez foram expostas peças do seu acervo em outros locais da cidade. A exposição: Paz de Espírito – 10 anos: Existência e Convivências, foi uma forma de colaboração, com a instalação na Casa Municipal da Cultura de Seia de várias peças, fruto de uma recolha de alguns elementos de arte sacra de grande valor histórico e artístico.

A exposição: Hospital da Santa Casa da Misericórdia, teve a sua 2ª edição, de 05 a 30 de abril, na sala de exposições do Posto de Turismo de Seia. Esta é uma exposição fruto da investigação realizada ao Arquivo Histórico desta Misericórdia e em publicações locais, que relatam à época, o funcionamento do Hospital de Seia pertença da Misericórdia de Seia.

O número de visitantes não aumentou significativamente, em resultado da parceria com o grupo INATEL no ano antecedente, não ter programas de ocupação/lazer para esta zona do país. Ainda assim, o número manteve-se perto dos 2700 visitantes, não sofrendo decréscimo em relação a anos anteriores. A sazonalidade do turismo não é um fator de aumento/diminuição de visitantes em

épocas singulares do ano. Seia e a Serra da Estrela é um destino turístico por excelência, durante todo o ano, e nesta área geográfica, são explorados por quem a visita os recursos naturais e histórico/culturais.

As oficinas pedagógicas foram mais uma vez uma forma de interagir com os mais novos, possibilitando a criação de narrativas complementares ao discurso museológico praticado, tornando-o mais abrangente e atrativo.

O Espaço Museológico fruto da cooperação que tem com a Escola Profissional da Serra da Estrela, acolheu uma Formação em Contexto de Trabalho, do Curso Profissional de Turismo. O aluno teve a possibilidade de colocar em prática a alguns procedimentos de atendimento e guia/orientação de visitas, e ainda a possibilidade em cooperar na conceção e instalação de uma exposição na Galeria de Exposições Temporárias do Núcleo Museológico.



A parceria com o Museu da Água da EPAL permitiu o acolhimento da exposição itinerante: Aquedutos de Portugal. Foi uma possibilidade de trazer até Seia uma exposição premiada, já apresentada em várias cidades de Portugal e no Estrangeiro.

O 2º semestre do ano de 2018 foi marcado com a realização da tradicional Desfolhada no Terreiro, em parceria com o Rancho Folclórico de Seia, no âmbito das Jornadas Europeias do Património 2018 (DGPC – Direção Geral do Património Cultural), e 2018- Ano Europeu do Património.



### **Centro Interpretativo de Seia e seu Centro Histórico**

Após a consulta pública do Município de Seia, para a exploração em regime de comodato do recém reabilitado Anexo Solar dos Botelho, a Misericórdia de Seia preparou um projeto de instalação museográfica muito centrada da História da Vila/Cidade de Seia e evolução do Centro Histórico.

A criação do discurso museológico, com toda a investigação intrínseca, o projeto de interiores e a instalação foram os passos desenvolvidos pelo departamento do Património Cultural desta Misericórdia e a empresa cujo projeto museológico foi adjudicado.



Este novo espaço confere ao Largo da Misericórdia uma oferta cultural e turística fortalecida, no que respeita à promoção e divulgação do Património Cultural e Arqueológico, e História Local. O papel já desempenhado pelo Espaço Museológico, possibilita em conjunto com este novo núcleo, contemplar o Passado da cidade, de forma integrada com as ações desenvolvidas.



### **Cerimónias Religiosas e Estatutárias**

Dignificando a secularidade e dando seguimento ao Compromisso desta Misericórdia, foram realizadas algumas cerimónias, de índole institucional como é o caso específico das Vésperas e a entronização dos Novos Irmãos Admitidos ao longo do ano, que se caracterizam pela solenidade própria das instituições do tipo Misericórdia.



A centenária procissão do Enterro do Senhor, em Sexta-Feira Santa foi uma vez mais um momento de grande solenidade e “pesar”, para a comunidade local e visitantes. Esta celebração litúrgica, conta com a parceria de várias instituições locais (Escuteiros e Grupo de Catequese de Seia, Bombeiros Voluntários de Seia, Corpos Dirigentes, colaboradores e irmandade da Misericórdia),

que corporizam este acontecimento marcante da liturgia da Quaresma, muito marcado pela crucificação e morte de Jesus.

A Semana da Padroeira conta já com várias edições, dinamiza a realização de várias atividades que permitem a proximidade da Instituição com a Comunidade, em diferentes áreas, como o lazer, a cultura e a religião.



A ação do Espaço Museológico e toda a atividade cultural e religiosa que este desenvolve, teve mais uma vez durante o ano de 2018, uma ação significativa em diferentes áreas e dimensões.

Mais uma vez registamos os públicos com que partilhámos a História e Missão desenvolvida ao longo dos séculos, cujos vestígios materializam esta ação. O núcleo continua a enriquecer a oferta da praça/largo da Misericórdia e Centro Histórico, agindo sempre com a especialização na promoção e divulgação da cidade e seu núcleo mais antigo, contando uma narrativa de forma interativa e contemplativa.

Continuamos atentos às oportunidades de apoios e financiamento à reabilitação urbana e restauro do Património, quer material, quer edificado, como forma de preservar e valorizar o legado que materializa a nossa História.





# ANÁLISE ECONÓMICA/FINANCEIRA

## 1. Introdução

No cumprimento do disposto na lei e nos estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Seia, vem a Mesa Administrativa, submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2018, bem como os Pareceres do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

O presente Relatório de Gestão e Contas respeita o Plano de Atividades aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 28 de novembro de 2017.

Apesar dos constrangimentos, foi no âmbito da execução orçamental de 2018, dado cumprimento aos procedimentos legais e regulamentares exigíveis.

O conselho fiscal, em conformidade com os Estatutos e a legislação aplicável, emitiu os competentes pareceres positivos, incidindo sobre as propostas elaboradas pela direção, nos prazos legais.

## 2. Enquadramento

A economia portuguesa cresceu 2,1% em 2018, abaixo das previsões do Governo, que estimava um crescimento de 2,3%.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), “esta evolução resultou do contributo mais negativo da procura externa líquida, verificando-se uma desaceleração das exportações de bens e serviços mais acentuada que a das importações de bens e serviços, e do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o crescimento menos acentuado do Investimento”.

A taxa de inflação, fixou-se em 1%.

Foi neste cenário que a Santa Casa da Misericórdia de Seia executou o seu orçamento. Estando localizada numa região do interior, onde os problemas da interioridade acentuam as dificuldades e sacrifícios obrigando a grandes exigências e rigor, para a implementação dos objetivos estabelecidos no Plano de Atividades.

O processo orçamental tem o seu início Outubro, com definição, dos parâmetros do orçamento e as atividades propostas pela Mesa Administrativa.

Na elaboração dos orçamentos a Entidade tem em conta diversas variáveis económicas consideradas importantes, tais como a inflação, os preços praticados no setor e a saúde financeira da Santa Casa.

Em matéria de custos operacionais, são efetuadas as previsões para cada classe de custo, calculando o custo dos inventários vendidos e matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal, gastos de depreciações, imparidades de dívidas a receber, outros gastos e perdas e ainda gastos e perdas de financiamento.

A contabilidade financeira da entidade é elaborada na própria Instituição e segue todos os normativos exigidos. Detém um processo de contabilidade de gestão por valência, de que resulta um maior controlo sobre os resultados das mesmas.

As Demonstrações Financeiras, Balanço e Demonstração de Resultados, referentes ao presente exercício de 2018, são apresentadas e comparáveis com os respetivos documentos do exercício anterior.

A estrutura organizacional manteve-se e o corpo de pessoal, conta com mais 4 funcionários.

### 3. Execução Orçamental

#### 3.1. Despesa

No ano de 2018 a execução da despesa total ascendeu aos 3 264 132,03€, representando uma execução orçamental de 106,7%.

Globalmente a despesa excedeu em 203 754,69€ o orçamentado. As rubricas que mais contribuíram para o incremento registado, foram as de Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal.

Em sentido inverso, a conta de amortizações e depreciações, ficou aquém do orçamentado, devido ao atraso registado na conclusão da obra da Ala de Demências, e conseqüente atraso na aquisição e montagem do equipamento para o funcionamento desta valência da ERPI, promovendo deste modo uma redução do valor estimado para depreciações e amortizações.



Conta	Descrição	Orçamentado	Executado	Desvio	% Execução
61	Custo dos inventários vendidos e matérias consumidas	299 867,54	313 556,30	13 688,76	104,56%
62	Fornecimentos e serviços externos	638 848,89	764 583,84	125 734,95	119,68%
63	Gastos com o Pessoal	1 901 410,75	1 971 712,35	70 301,60	103,70%
64	Gastos de depreciação e de amortização	194 889,47	175 579,89	-19 309,58	90,09%
65	Perdas por imparidade	5 000,00	9 412,95	4 412,95	188,26%
67	Provisões do Período	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
68	Outros gastos e perdas	8 900,00	16 695,60	7 795,60	187,59%
69	Gastos e perdas de financiamento	11 460,69	12 591,10	1 130,41	109,86%
<b>Total</b>		<b>3 060 377,34</b>	<b>3 264 132,03</b>	<b>203 754,69</b>	<b>106,66%</b>

### 3.2. Receita

Do lado da receita, esta totalizou 3 207 564,25€ no ano de 2018, registou um crescimento acelerado, tendo-se executado 104,71% do valor orçamentado, resultando num desvio positivo de 144 238,71€.

Este desvio, é proveniente da evolução positiva registada na rubrica de prestação de serviços que aumento quase 11% face a 2017. A contabilização do subsídio proveniente do POISE, para custear os gastos de formação profissional, deu origem ao desvio assinalado na rubrica de Subsídios à Exploração. Ainda com desvio favorável esteve a rúbrica de Outros Rendimentos e Ganhos, devido à alienação de 4 imóveis, pertencentes ao património imobiliário da Misericórdia de Seia.

Conta	Descrição	Orçamentado	Executado	Desvio	% Execução
72	Prestações de serviços	929.127,08	1.029.731,38	100.604,30	110,83%
73	Variações nos inventários da produção	3.500,00	535,9	-2.964,10	15,31%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2.008.445,59	2.034.667,76	26.222,17	101,31%
76	Reversões	0,00	2.790,04	2.790,04	#DIV/0!
78	Outros rendimentos e ganhos	119.927,55	137.467,90	17.540,35	114,63%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2.332,25	2.371,27	39,02	101,67%
<b>Total</b>		<b>3.063.332,47</b>	<b>3.207.564,25</b>	<b>144.231,78</b>	<b>104,71%</b>

O resultado líquido do exercício, por força dos desvios da despesa e da receita registou um agravamento face ao estimado, proporcionado pelo facto do aumento dos proveitos operacionais, ter sido superado pelo incremento registado nos gastos operacionais.

Descrição	Valor
Resultado Líquido Estimado	2 955,13
Resultado Líquido do Exercício	-56 567,78

#### 4. Rendimentos e Gastos

##### 4.1. Resultados antes de depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

###### 4.1.1. Proveitos

No exercício económico de 2018, os proveitos antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, totalizaram 3 205 192,98€ e a sua proveniência decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	€	%
Vendas e Serviços Prestados	1.029.731,38	32,13%
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	2.034.667,76	63,48%
Variações nos inventários da produção	535,90	0,02%
Reversões	2.790,04	0,09%
Outros Rendimentos e Ganhos	137.467,90	4,29%
<b>Total de Receitas</b>	<b>3.205.192,98</b>	

A estrutura de rendimentos, manteve a propensão de exercícios anteriores, destacando-se a rubrica de Subsídios à Exploração, com uma percentagem de 63,5%, como a que mais contribui para o total da receita.

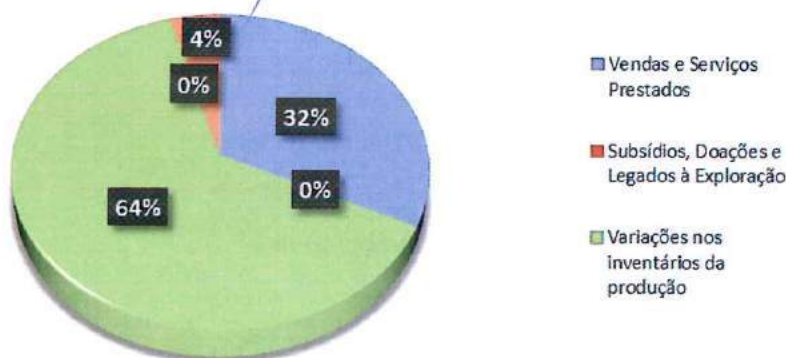
Seguiu-se a rubrica de Serviços Prestados com 32%, que embora tenha registado um crescimento significativo, em valor absoluto, este dá origem a uma variação de apenas 1,45% na estrutura de rendimentos da Santa Casa.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos com cerca de 4,3%, mantém o mesmo peso relativo nesta estrutura.

Estas percentagens, são demonstrativas da preponderância que as transferências do estado têm no desenvolvimento das atividades e da rigidez das fontes de rendimento da Instituição.



### Estrutura da Receita



#### 4.1.2. Gastos

No que concerne à estrutura da despesa antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o valor global de 2018 totalizou 3 075 961,04€.

Descrição	€	%
Custo dos inventários vendidos e matérias consumidas	313.556,30	10,19%
Fornecimentos e Serviços Externos	764.583,84	24,86%
Gastos com o pessoal	1.971.712,35	64,10%
Imparidades	9.412,95	0,31%
Outros gastos	16.695,60	0,54%
<b>Total dos Gastos</b>	<b>3.075.961,04</b>	

Estruturalmente, as rubricas que compõe o total da despesa, mantém o seu peso relativo na estrutura de gastos comparativamente com exercícios anteriores, assim, como acontece na estrutura da receita, a despesa apresenta valores estruturalmente rígidos apenas com ligeiras oscilações das rubricas que a compõem.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, cresceu neste exercício 105 360,02€ em valor absoluto. Este incremento deu origem a uma variação de aproximadamente 2% no peso estrutural desta rubrica de gastos, representando agora, cerca de 25% do total de gastos da Instituição.

Os Gastos com Pessoal ainda que em valor absoluto tenham aumentado 132 678,38€, o seu peso estrutural evoluiu em sentido contrário, variando -0,28%. Em termos do total da despesa, os Gastos com o pessoal representam cerca de 64%.

A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas representa 10% dos gastos totais da instituição, os gastos por perdas por imparidade, provisões e outros gastos, representaram cerca de 1,4% da despesa operacional,



#### 4.2. Comparativo de proveitos com o exercício anterior

A receita total da Misericórdia de Seia no ano de 2018, cresceu 133 622,91€, representando um crescimento da receita de 4,35%.

Rubricas	2018	2017	Δ€	Δ%
72 - Serviços Prestados	1.029.731,38	942.070,40	87.660,98	9,31%
73 - Variações nos Inventários de Produção	535,90	854,14	-318,24	-37,26%
75 - Subsídios, Doações e Legados à Exploração	2.034.667,76	1.987.781,13	46.886,63	2,36%
76 - Reversões	2.790,04	5.214,05	-2.424,01	-46,49%
78 - Outros rendimentos e ganhos	137.467,90	134.755,51	2.712,39	2,01%
79 - Juros, dividendos e rendimentos similares	2.371,27	3.266,11	-894,84	-27,40%
<b>TOTAL</b>	<b>3.207.564,25</b>	<b>3.073.941,34</b>	<b>133.622,91</b>	<b>4,35%</b>
<b>Resultados:</b>	<b>-56.567,78</b>	<b>42.585,60</b>	<b>-99.153,38</b>	<b>-232,83%</b>

A rubrica de Serviços Prestados, cresceu neste exercício 9%, no montante de 87 660,98€, por força do incremento de faturação nas valências de ERPI, Jardim de Infância e da Clínica de Medicina Física.





A entrada em funcionamento no 2º semestre de 2018, da nova Ala de Demências e a atualização natural das mensalidades, proporcionou um incremento de 36 912,52€ na faturação da ERPI, o que representa um crescimento de 8,4% comparativamente ao exercício anterior.

A valência de Jardim de Infância contribuiu para o crescimento da rubrica de serviços prestados, pelo aumento do número médio de utentes e da atualização anual da comparticipação familiar. No exercício findo esta valência teve mais 7 utentes que o anterior, as prestações de serviços aumentaram 17 060,49€, o que representa um crescimento de 20,7 face a 2017.

A Clínica de Medicina Física e Reabilitação, no exercício de 2018 aumentou as prestações de serviços em 34 842,28€. Este aumento é proveniente da nova especialidade de tratamentos de acupuntura, iniciado no final de 2017 e que só por si representa 22 356,30€ deste incremento. Contribuíram ainda para o crescimento desta valência as consultas de especialidades no montante de 5 916,41€ e os serviços prestados a seguradoras com 4 438,01€.

No que concerne aos Subsídios à Exploração, no exercício de 2018 a rubrica cresceu 2,36% no montante de 46 886,63€.

O aumento registado, é proveniente da atualização dos acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social e da contabilização do Subsídio do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego, relativo às ações de formação profissional realizadas no exercício.

### 4.3. Comparativo de gastos com o exercício anterior

Comparativamente a 2017 as rubricas relativas à despesa, aumentaram 7,68%, no montante de 232 776,29€.

A redução que se regista em Custo dos Inventários Vendidos e Matérias Consumidas, resulta da alteração da política contabilística da despesa com fraldas verificada na valência de ERPI, que neste exercício foram reclassificados numa conta de terceiros ao invés das contas de gastos e proveitos. Esta alteração proporcionou uma redução nesta rubrica de gastos no montante de 21 348,22€, significando que se adicionarmos este montante ao gasto registado, na realidade a rubrica aumentou 17 184,75€.

Rubricas	2018	2017	Δ	Δ%
61 - Custo dos inventários vendidos e matérias consumidas	313.556,30	317.719,77	-4.163,47	-1,31%
62 - Fornecimentos e serviços externos	764.583,84	659.223,82	105.360,02	15,98%
63 - Gastos com o Pessoal	1.971.712,35	1.839.033,97	132.678,38	7,21%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	175.579,89	161.970,27	13.609,62	8,40%
65 - Perdas por imparidade	9.412,95	19.879,03	-10.466,08	-52,65%
66 - Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
67 - Provisões do período	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
68 - Outros gastos e perdas	16.695,60	20.868,27	-4.172,67	-20,00%
69 - Gastos e perdas de financiamento	12.591,10	12.660,61	-69,51	-0,55%
<b>TOTAL</b>	<b>3.264.132,03</b>	<b>3.031.355,74</b>	<b>232.776,29</b>	<b>7,68%</b>

Já no que diz respeito aos Fornecimentos e Serviços Externos, o crescimento de 16% que se verifica, resulta de vários fatores:

- Formação financiada POISE (Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego) no montante de 39 990,68€;
- Aumento dos gastos com Honorários em 27 118,47€. Os profissionais da Clínica de Medicina Física, trabalham na sua maioria em regime de prestações de serviços pelo que este aumento é consequência do aumento de atividade registada;
- Energia e Fluídos 21 705,19€. O ano 2017 anormalmente quente, deu origem a uma redução nos gastos energéticos nesse exercício, consequentemente em 2018 os gastos energéticos aumentaram por esse motivo. Contribuiu ainda para este aumento, a fuga de água que se verificou na canalização da ERPI, dando origem a um gasto extraordinário nesta rubrica;
- As despesas com seguros aumentaram 5 395,87€, para além dos aumentos normais pela inflação, contrataram-se novas apólices de seguro para os edifícios do Hospital, da Igreja da Misericórdia, da casa da Quinta da Tapada, do edifício dos Serviços Centrais e da Viatura Adaptada;
- Limpeza Higiene e Conforto 6 501,69€

No que diz respeito aos Gastos com Pessoal, o crescimento que se registou no exercício em análise resume-se do modo seguinte:

1. Aumentos em Janeiro 2018 pela atualização do Salário Mínimo Nacional para 580€ e 7,50€ para os restantes colaboradores;





2. Novas entradas;
- i. Diretora Técnica da Unidade de Saúde (desde Dezembro de 2017),
  - ii. Documentalista (Desde Setembro 2017),
  - iii. Encarregado Proteção de Dados (Desde Abril 2018),
  - iv. Ajudante de Lar e Centro de Dia (Desde Maio 2018),
  - v. Trabalhador dos Serviços Gerais (Limpeza ERPI a tempo parcial (desde Junho 2018),
  - vi. Trabalhador Serviços Gerais (Limpeza - tempo parcial/completo a partir Novembro),
  - vii. 2 Fisioterapeutas (julho 2018),
  - viii. Educadora Creche (desde Setembro),
  - ix. Progressões mais significativas 2 Educadoras (desde setembro 2018).

As entradas de novos colaboradores, bem como a reflexão no exercício completo das entradas no último quadrimestre de 2017 resultaram no aumento 132 678,38€, o que representa um aumento de 7% comparativamente ao exercício anterior.

No que diz respeito aos gastos de depreciação e amortização, o crescimento verificado, reflete a entrada em funcionamento da nova Ala de Demências. Como se pode confirmar pela leitura da nota 5 do Anexo, foram dotados 664 606,56€ ao valor dos ativos fixos tangíveis da Misericórdia, onde se inclui a Ala de Demências, o equipamento para o seu funcionamento, a nova viatura adaptada e demais equipamentos adquiridos durante o ano.

As perdas por imparidade registadas, dizem respeito às quotas de irmãos não pagas do ano 2017 no montante de 1 694,50€. Ao reconhecimento de créditos de não liquidados de utentes de Creche e Jardim nos montantes de 3 036,61€ e 4 681,84€ respetivamente.

A conta de outros gastos e perdas, diz respeito essencialmente a despesas relativas a impostos, taxas, quotizações e correções de exercícios anteriores. No exercício de 2018 esta rubrica recuou 20%.

Os gastos e perdas de financiamento, referem-se aos juros pagos ao Crédito Agrícola pelo empréstimo para construção da Unidade de Cuidados Continuados e ao Leasing Operacional do Sistema Solar Térmico do edifício da Creche/jardim.

#### 4.4. Valências

O quadro em baixo resume, os gastos, proveitos e resultados de todas as valências da Misericórdia de Seia.

	Centros Comuns	Creche	Apoio Domiciliário	ERPI	Jardim Infância	Formação Profissional	UCC	CMFR	PEA	Cultura e Religião	Loja Social
61	0,00	13.732,31	20.449,09	73.300,52	10.983,15	0,00	160.679,46	0,00	34.411,77	0,00	0,00
62	44.972,25	33.124,55	9.948,23	145.708,92	43.136,23	39.990,68	353.987,26	81.392,82	5.003,82	6.415,26	903,82
63	56.819,91	329.809,03	74.412,17	448.605,50	241.139,90	0,00	738.694,46	51.707,07	8.386,01	20.917,65	1.220,65
64	9.703,53	9.911,55	5.451,53	56.768,49	11.936,88	0,00	67.312,23	12.501,13	0,00	1.502,74	491,81
65	1.427,00	2.001,07	0,00	0,00	4.681,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	7.021,23	6,61	0,00	2.701,45	664,83	0,00	6.136,02	162,17	0,00	3,29	0,00
69	20,83	376,86	0,00	0,00	460,61	0,00	11.146,16	586,64	0,00	0,00	0,00
	<b>119.964,75</b>	<b>388.961,98</b>	<b>110.261,02</b>	<b>0,00</b>	<b>313.003,44</b>	<b>39.990,68</b>	<b>1.337.955,59</b>	<b>146.349,83</b>	<b>47.801,60</b>	<b>28.838,94</b>	<b>2.616,28</b>
72	4.819,50	82.984,97	62.937,92	477.644,26	99.417,20	0,00	174.943,86	125.771,67	1.029,00	0,00	183,00
73	0,00	0,00	0,00	535,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	2.945,30	240.206,26	69.734,70	251.140,61	214.813,49	39.990,68	1.200.088,92	0,00	15.553,20	0,00	194,60
76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.487,00	0,00	0,00	0,00
77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	87.403,01	1.535,23	4.261,96	21.007,38	5.139,13	0,00	15.990,81	49,03	66,33	1.502,96	512,06
79	2.371,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>97.539,08</b>	<b>324.726,46</b>	<b>136.934,58</b>	<b>750.328,15</b>	<b>319.369,82</b>	<b>39.990,68</b>	<b>1.391.023,59</b>	<b>127.307,70</b>	<b>16.648,53</b>	<b>1.502,96</b>	<b>889,66</b>
	<b>-22.425,67</b>	<b>-64.235,52</b>	<b>26.673,56</b>	<b>23.243,27</b>	<b>6.366,38</b>	<b>0,00</b>	<b>53.068,00</b>	<b>-19.042,13</b>	<b>-31.153,07</b>	<b>-27.335,98</b>	<b>-1.726,62</b>

Neste exercício, tiveram resultados positivos, as valências de Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Jardim de Infância e Unidade de Cuidados Continuados Integrados, sendo esta última a mais sustentável.

Obtiveram resultados negativos, as valências dos Centros Comuns, Creche, Clínica de Medicina Física e Reabilitação, Programa de Emergência Alimentar, Loja Social e a valência de Serviço Religioso e Cultural, sendo a menos sustentável e consequentemente mais preocupante, a valência de Creche.

Afim de se ter uma melhor perceção da evolução das principais valências da Misericórdia de Seia, apresentam-se de seguida alguns indicadores.

#### 4.4.1. Creche

A valência de Creche, por ser a menos sustentável, é a que mais preocupa a Mesa Administrativa.



*Relatório*  
*Atividade*



Com valores crescentes de encargos com o pessoal, a creche vem acumulando resultados operacionais negativos. Sendo este tipo de encargos de caráter fixo, não se vislumbra modo de se poder inverter a evolução desta valência, sendo que no exercício em análise, o montante deste tipo de encargos, foi superior ao valor dos rendimentos operacionais.

Ainda que a taxa de ocupação esteja praticamente no máximo, os indicadores não dão sinais de melhoria, de facto, a mensalidade média continua a cair, ficando neste exercício em valores comparáveis a 2014.

ESTRUTURA DE CUSTOS	2016	2017	2018
1 Vendas+Prest.Serviços+Subsídios	309.664,22	317.466,80	323.191,23
2 Variação Produção+Trab PP Entidade	0,00	0,00	0,00
<b>3 RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>	<b>309.664,22</b>	<b>317.466,80</b>	<b>323.191,23</b>
4 Custos Variáveis (CIVMC)	10.746,84	13.791,43	13.732,31
<b>5 MARGEM BRUTA (3-4)</b>	<b>298.917,38</b>	<b>303.675,37</b>	<b>309.458,92</b>
6 Encargos com Pessoal	305.241,26	323.613,25	329.809,03
7 Fornecimentos e Serviços Externos	37.697,42	36.006,41	33.124,55
8 Impostos+Outros Encargos-Outros Proveitos	489,20	37,14	-1.528,62
<b>9 MEIOS LIBERTOS LÍQUIDOS (5-6-7-8)</b>	<b>-44.510,50</b>	<b>-55.981,43</b>	<b>-51.946,04</b>
10 Provisões e Depreciações e Imparidades	14.131,21	12.383,25	11.912,62
<b>11 RESULTADOS OPERACIONAIS (9-10)</b>	<b>-58.641,71</b>	<b>-68.364,68</b>	<b>-63.858,66</b>
12 Encargos de Financiamento	0,00	0,00	376,86
13 Rendimentos de Financiamento	0,00	0,00	0,00
14 Impostos sobre lucros	0,00	0,00	0,00
<b>15 RESULTADOS LÍQUIDOS (11-12+13+14)</b>	<b>-58.641,71</b>	<b>-68.364,68</b>	<b>-64.235,52</b>

Ainda que se note o esforço pela redução dos gastos operacionais por utente, e a requalificação de vagas de jardim-de-infância para creche, o resultado operacional por utente mantém-se em terreno negativo.

Indicadores	2016	2017	2018
Ocupação Média Mensal por utente	95,5	93,8	97,0
Mensalidade Média por utente	75,88	71,36	71,29
Subsídio Média Mensal por utente	194,34	210,83	334,16
Média Recursos Humanos	20	20	18
Rácio Utentes/Colaboradores	4,78	4,69	5,39
Custo de Matérias consumidas Mensais por utente	9,38	12,26	11,80
Gastos Operacionais Mensais por utente	42,27	44,26	40,26
Gastos c/Pessoal Média Mensal por utente	272,28	289,16	284,63
Custo Médio por utente	312,75	343,88	334,16
<b>Resultado Operacional Mensal p/Utente</b>	<b>-51,17</b>	<b>-60,77</b>	<b>-54,86</b>

#### 4.4.2. Jardim-de-Infância

À semelhança do que acontece na valência anterior, os gastos com o pessoal são a maior preocupação para a sustentabilidade do jardim-de-infância.

Ainda que o valor das prestações de serviços tenha evoluído favoravelmente, o crescimento dos encargos com o pessoal, diluiu esse efeito positivo. No entanto, a valência continua a libertar meios para financiar os investimentos.

ESTRUTURA DE CUSTOS	2016	2017	2018
1 Vendas+Prest.Serviços+Subsidios	264.919,58	297.863,31	314.230,69
2 Variação Produção+Trab PP Entidade	0,00	0,00	0,00
<b>3 RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>	<b>264.919,58</b>	<b>297.863,31</b>	<b>314.230,69</b>
4 Custos Variáveis (CIVMC)	11.682,11	11.479,05	10.983,15
<b>5 MARGEM BRUTA (3-4)</b>	<b>253.237,47</b>	<b>286.384,26</b>	<b>303.247,54</b>
6 Encargos com Pessoal	220.532,60	211.553,40	241.139,90
7 Fornecimentos e Serviços Externos	52.239,01	46.248,30	43.136,23
8 Impostos+Outros Encargos-Outros Proveitos	4.567,20	-5.548,40	-4.474,30
<b>9 MEIOS LIBERTOS LIQUIDOS (5-6-7-8,)</b>	<b>-24.101,34</b>	<b>34.130,96</b>	<b>23.445,71</b>
10 Provisões e Depreciações e Imparidades	9.979,59	11.259,04	16.618,72
<b>11 RESULTADOS OPERACIONAIS (9-10)</b>	<b>-34.080,93</b>	<b>22.871,92</b>	<b>6.826,99</b>
12 Encargos de Financiamento	0,00	0,00	460,61
13 Rendimentos de Financiamento	0,00	0,00	0,00
14 Impostos sobre lucros	0,00	0,00	0,00
<b>15 RESULTADOS LIQUIDOS (11-12+13+14)</b>	<b>-34.080,93</b>	<b>22.871,92</b>	<b>6.366,38</b>

Depois da quebra registada na taxa de ocupação no ano 2016 e anteriores, por força da crise económica. No exercício de 2018 esta valência atingiu a capacidade máxima, o que demonstra a qualidade dos serviços prestados pela Santa Casa de Seia, promovendo deste modo uma procura elevada.

Indicadores	2016	2017	2018
Ocupação Média Mensal por utente	79,8	90,7	103,0
Mensalidade Média por utente	74,32	75,70	80,43
Subsidio Média Mensal por utente	202,21	198,08	173,80
Média Recursos Humanos	14	14	14
Rácio Utentes/Colaboradores	5,70	6,48	7,36
Custo de Matérias consumidas Mensais por utente	12,19	10,55	8,89
Gastos Operacionais Mensais por utente	66,72	53,06	43,79
Gastos c/Pessoal Média Mensal por utente	241,25	204,17	203,66
Custo Médio por utente	301,22	257,37	253,24
<b>Resultado Operacional Mensal p/Utente</b>	<b>-35,58</b>	<b>21,02</b>	<b>5,52</b>



A mensalidade média evoluiu favoravelmente, bem como os gastos operacionais por utente que recuaram neste exercício, influenciados pelo crescimento da taxa de ocupação.

#### 4.4.3. Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário, continua a evoluir favoravelmente, reforçando a sua sustentabilidade neste exercício.

ESTRUTURA DE CUSTOS	2016	2017	2018
1 Vendas+Prest.Serviços+Subsídios	122.192,14	128.249,61	132.672,62
2 Variação Produção+Trab PP Entidade	0,00	0,00	0,00
<b>3 RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>	<b>122.192,14</b>	<b>128.249,61</b>	<b>132.672,62</b>
4 Custos Variáveis (CIVMC)	26.349,76	19.679,01	20.449,09
<b>5 MARGEM BRUTA (3-4)</b>	<b>95.842,38</b>	<b>108.570,60</b>	<b>112.223,53</b>
6 Encargos com Pessoal	81.394,65	72.707,98	74.412,17
7 Fornecimentos e Serviços Externos	9.582,63	11.604,37	9.948,23
8 Impostos+Outros Encargos-Outros Proveitos	1.452,84	-321,66	-4.261,96
<b>9 MEIOS LIBERTOS LIQUIDOS (5-6-7-8,)</b>	<b>3.412,26</b>	<b>24.579,91</b>	<b>32.125,09</b>
10 Provisões e Depreciações e Imparidades	1.703,34	1.989,26	5.451,53
<b>11 RESULTADOS OPERACIONAIS (9-10)</b>	<b>1.708,92</b>	<b>22.590,65</b>	<b>26.673,56</b>
12 Encargos de Financiamento	0,00	0,00	0,00
13 Rendimentos de Financiamento	0,00	0,00	0,00
14 Impostos sobre lucros	0,00	0,00	0,00
<b>15 RESULTADOS LIQUIDOS (11-12+13+14)</b>	<b>1.708,92</b>	<b>22.590,65</b>	<b>26.673,56</b>

A valência, continua a libertar meios líquidos e ainda que tenha aumentado do valor das depreciações, pela afetação da viatura adaptada, consegue reforçar o resultado operacional.

Indicadores	2016	2017	2018
Ocupação Média Mensal por utente	38,4	38,7	40,2
Mensalidade Média por utente	118,83	130,07	130,58
Subsídio Média Mensal por utente	146,23	146,33	144,68
Média Recursos Humanos	5	5	5
Rácio Utentes/Colaboradores	7,68	7,73	8,03
Custo de Matérias consumidas Mensais por utente	265,06	276,40	275,25
Gastos Operacionais Mensais por utente	441,62	433,10	429,64
Gastos c/Pessoal Média Mensal por utente	207,90	233,99	232,83
Custo Médio por utente	261,10	228,59	229,71
<b>Resultado Operacional Mensal p/Utente</b>	<b>3,71</b>	<b>48,69</b>	<b>55,34</b>

A melhoria de 1,5 utentes, registado na ocupação média mensal, gerou um efeito positivo na diluição dos gastos operacionais, permitindo o crescimento do resultado operacional por utente.

#### 4.4.4. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

ESTRUTURA DE CUSTOS	2016	2017	2018
1 Vendas+Prest.Serviços+Subsidios	656.352,52	681.808,85	728.784,87
2 Variação Produção+Trab PP Entidade	743,56	854,14	535,90
<b>3 RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>	<b>657.096,08</b>	<b>682.662,99</b>	<b>729.320,77</b>
4 Custos Variáveis (CIVMC)	77.775,85	85.479,64	73.300,52
<b>5 MARGEM BRUTA (3-4)</b>	<b>579.320,23</b>	<b>597.183,35</b>	<b>656.020,25</b>
6 Encargos com Pessoal	385.887,00	418.229,69	448.605,50
7 Fornecimentos e Serviços Externos	131.961,43	135.993,45	145.708,92
8 Impostos+Outros Encargos-Outros Proveitos	-35.062,36	-46.050,17	-18.305,93
<b>9 MEIOS LIBERTOS LIQUIDOS (5-6-7-8,)</b>	<b>96.534,16</b>	<b>89.010,38</b>	<b>80.011,76</b>
10 Provisões e Depreciações e Imparidades	47.218,86	46.406,75	56.768,49
<b>11 RESULTADOS OPERACIONAIS (9-10)</b>	<b>49.315,30</b>	<b>42.603,63</b>	<b>23.243,27</b>
12 Encargos de Financiamento	0,00	0,00	0,00
13 Rendimentos de Financiamento	0,00	0,00	0,00
14 Impostos sobre lucros	0,00	0,00	0,00
<b>15 RESULTADOS LIQUIDOS (11-12+13+14)</b>	<b>49.315,30</b>	<b>42.603,63</b>	<b>23.243,27</b>

No exercício em análise, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, viu o seu resultado operacional recuar na ordem dos 45%.

Pese embora, o aumento significativo das prestações de serviços, devido à entrada em funcionamento da Ala de Demências durante o 2º semestre do ano. O aumento registado com os encargos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos esbate esse efeito.

Indicadores	2016	2017	2018
Ocupação Média Mensal por utente	67,4	67,3	67,3
Mensalidade Média por utente	524,39	545,46	591,44
Subsídio Média Mensal por utente	286,93	298,36	310,97
Média Recursos Humanos	38	38	43
Rácio Utentes/Colaboradores	1,77	1,77	1,57
Custo de Matérias consumidas Mensais por utente	96,14	105,79	90,76
Gastos Operacionais Mensais por utente	259,25	274,10	271,19
Gastos c/Pessoal Média Mensal por utente	492,10	532,74	570,62
Custo Médio por utente	770,36	854,76	932,16
<b>Resultado Operacional Mensal p/Utente</b>	<b>60,96</b>	<b>52,73</b>	<b>28,78</b>





Ainda assim, a valência conseguiu libertar meios líquidos no montante de 80 011,76€, o que representa um decréscimo de apenas 10% face a 2017.

Na análise dos indicadores, é importante destacar, a ocupação média mensal. Sendo a capacidade máxima desta valência de 65 utentes, os valores de aproximadamente 67 que consta do quadro dos indicadores, traduz a velocidade com que as vagas são preenchidas.

#### 4.4.5. Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados, produziu resultados operacionais positivos, ainda que de montante inferior ao exercício anterior.

Depois da alteração de tipologias promovida no último trimestre de 2016, que se revelou fundamental para manter a sustentabilidade desta valência, pois o crescimento acelerado dos gastos fixos e variáveis, foram comprometendo a rentabilidade operacional e reduzindo os meios libertos líquidos.

ESTRUTURA DE CUSTOS	2016	2017	2018
1 Vendas+Prest.Serviços+Subsídios	1.210.846,14	1.336.310,23	1.375.032,78
2 Variação Produção+Trab PP Entidade	0,00	0,00	0,00
<b>3 RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>	<b>1.210.846,14</b>	<b>1.336.310,23</b>	<b>1.375.032,78</b>
4 Custos Variáveis (CIVMC)	139.964,75	140.323,09	160.679,46
<b>5 MARGEM BRUTA (3-4)</b>	<b>1.070.881,39</b>	<b>1.195.987,14</b>	<b>1.214.353,32</b>
6 Encargos com Pessoal	662.466,01	705.615,50	738.694,46
7 Fornecimentos e Serviços Externos	323.170,20	332.555,62	353.987,26
8 Impostos+Outros Encargos-Outros Proveitos	-24.275,24	8.752,76	-9.854,79
<b>9 MEIOS LIBERTOS LIQUIDOS (5-6-7-8)</b>	<b>109.520,42</b>	<b>149.063,26</b>	<b>131.526,39</b>
10 Provisões e Depreciações e Imparidades	128.386,76	69.576,52	66.809,52
<b>11 RESULTADOS OPERACIONAIS (9-10)</b>	<b>-18.866,34</b>	<b>79.486,74</b>	<b>64.716,87</b>
12 Encargos de Financiamento	14.302,17	12.027,57	11.146,16
13 Rendimentos de Financiamento	0,00	0,00	0,00
14 Impostos sobre lucros	0,00	0,00	0,00
<b>15 RESULTADOS LIQUIDOS (11-12+13+14)</b>	<b>-33.168,51</b>	<b>67.459,17</b>	<b>53.570,71</b>

Os encargos crescentes por força da legislação nacional, que promovem o aumento dos gastos operacionais, carecem de atualização por parte das autoridades competentes, no sentido de se continuarem a prestar serviços de qualidade com equipamentos renovados e atualizados e ao mesmo tempo manter a sustentabilidade económica da valência.

Analisando os indicadores, constata-se o crescimento contínuo dos gastos operacionais, pelo aumento registado nos encargos com o pessoal, matérias-primas e fornecimentos e serviços externos.

A taxa de ocupação, mantém-se estável, bem como a mensalidade média, apesar da ligeira oscilação.

No que diz respeito aos subsídios, estes não tendo sido atualizados por parte do ministério, apresentam valores iguais ao exercício anterior.

Indicadores	2016	2017	2018
Ocupação Média Mensal por utente	39,1	39,5	39,9
Mensalidade Média por utente	367,03	315,40	365,38
Subsídio Média Mensal por utente	2.216,27	2.505,25	2.506,45
Média Recursos Humanos	44	45	42
Rácio Utentes/Colaboradores	0,89	0,88	0,95
Custo de Matérias consumidas Mensais por utente	298,61	296,19	335,59
Gastos Operacionais Mensais por utente	988,08	998,14	1.074,91
Gastos c/Pessoal Média Mensal por utente	1.614,74	1.688,64	1.739,95
Custo Médio por utente	2.430,69	2.702,29	2.794,39
<b>Resultado Operacional Mensal p/Utente</b>	<b>-40,25</b>	<b>167,78</b>	<b>135,16</b>

#### 4.4.6. Clínica de Medicina Física e Reabilitação

A clínica de medicina física e reabilitação, registou resultados operacionais negativos neste exercício.

ESTRUTURA DE CUSTOS	2016	2017	2018
1 Vendas+Prest.Serviços+Subsidios	122.042,58	123.221,45	125.771,67
2 Variação Produção+Trab PP Entidade	0,00	0,00	0,00
<b>3 RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>	<b>122.042,58</b>	<b>123.221,45</b>	<b>125.771,67</b>
4 Custos Variáveis (CIVMC)	0,00	44,18	0,00
<b>5 MARGEM BRUTA (3-4)</b>	<b>122.042,58</b>	<b>123.177,27</b>	<b>125.771,67</b>
6 Encargos com Pessoal	31.124,19	35.145,60	51.707,07
7 Fornecimentos e Serviços Externos	44.723,82	44.109,32	81.392,82
8 Impostos+Outros Encargos-Outros Proveitos	1.527,92	1.173,04	113,14
<b>9 MEIOS LIBERTOS LIQUIDOS (5-6-7-8,)</b>	<b>44.666,65</b>	<b>42.749,31</b>	<b>-7.441,36</b>
10 Provisões e Depreciações e Imparidades	13.253,57	12.552,82	11.014,13
<b>11 RESULTADOS OPERACIONAIS (9-10)</b>	<b>31.413,08</b>	<b>30.196,49</b>	<b>-18.455,49</b>
12 Encargos de Financiamento	752,72	633,04	586,64
13 Rendimentos de Financiamento	0,00	0,00	0,00
14 Impostos sobr lucros	0,00	0,00	0,00
<b>15 RESULTADOS LIQUIDOS (11-12+13+14)</b>	<b>30.660,36</b>	<b>29.563,45</b>	<b>-19.042,13</b>



O crescimento de 47% registado nos encargos com o pessoal e 84% em fornecimentos e serviços externos, resultaram na perda de desempenho desta valência obtendo um resultado líquido negativo no montante de -19 042,13€.

Para além do resultado líquido, o valor negativo obtido para os meios libertos líquidos, traduz-se na dificuldade que a valência terá para repor os seus ativos fixos tangíveis no futuro.

Ainda que se note o aumento da atividade pelo número crescente de consultas e/ou tratamentos, o montante médio recebido por esses serviços, está a retrair desde 2016.

Os gastos para a prestação dos serviços, encontram-se em trajetória ascendente, contribuindo desse modo para a degradação dos resultados operacionais.

Indicadores	2016	2017	2018
Tratamentos/Consultas Mensais	424,0	516,0	626,0
Valor Médio Mensal Consulta/Tratamento	23,99	19,90	16,74
Média Recursos Humanos	1	2	3
Rácio Utentes/Colaboradores	424,00	258,00	208,67
Gastos Operacionais por Consult/Tratam	105,48	85,57	130,02
Gastos c/Pessoal por Tratamento/Consulta	11,83	10,37	10,75
Custo Médio por Tratamento/Consulta	15,32	12,03	19,48
<b>Resultado Operacional Consult/Tratam</b>	74,09	58,52	-29,48

## 5. Ativo, Passivo e Situação Líquida

### 5.1. Estrutura do Balanço

Analisando a estrutura do balanço, pode verificar-se que, os Capitais Permanentes se mantêm em valores que constituem uma margem de segurança prudente, que garante o financiamento do Ativo Não Corrente.

O mesmo critério de prudência, é aplicado ao valor dos Ativos Correntes que excedem o Passivo Corrente, de forma a cobrir falhas nas estimativas ou do não cumprimento dos prazos por parte dos Utentes.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

#### ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017		2016	
Ativo não corrente	6.659.132,44	87,5%	6.684.273,91	86,0%	8.367.612,51	85,9%
Ativo corrente	951.401,49	12,50%	1.088.844,14	14,0%	1.375.294,01	14,1%
<b>Total Ativo</b>	<b>7.610.533,93</b>		<b>7.773.118,05</b>		<b>9.742.906,52</b>	

RUBRICAS	2018		2017		2016	
Capital Próprio	5.993.215,20	78,7%	6.130.059,91	78,9%	7.997.101,35	82,1%
Passivo não corrente	992.541,91	13,0%	1.053.182,69	13,5%	1.156.523,81	11,9%
Passivo corrente	624.776,82	8,2%	589.875,45	7,6%	589.281,36	6,1%
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>7.610.533,93</b>		<b>7.773.118,05</b>		<b>9.742.906,52</b>	

## 5.2. Indicadores de Atividade

Atividade	2016	2017	2018
Rotação de Inventários	22,66	20,19	33,92
Rotação do Ativo	0,10	0,12	0,40
Tempo Médio Recebimentos	24,94	26,06	27,95
Tempo Médio de Pagamentos	32,22	32,80	36,31

Relativamente aos rácios de atividade, assinala-se o aumento registado no rácio de rotação dos inventários, o que demonstra maior eficiência da gestão de stocks.

O mesmo acontece no rácio de rotação do ativo, que mede o grau de eficiência com que a empresa está a utilizar os seus activos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do activo, maior é a eficiência com que a instituição está a prestar serviços.

O prazo médio de recebimentos e pagamentos oscilou ligeiramente, fixando-se nos 28 e 36 dias respetivamente.

## 5.3. Indicadores Económicos



Rátios Econômicos	2016	2017	2018
Rendibilidade do Ativo	-0,01	0,01	-0,01
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	-0,01	0,01	-0,01
Rendibilidade das Vendas (ou Margem das Vendas)	-0,10	0,05	-0,05
Rendibilidade Operacional das Vendas	-0,09	0,06	-0,05
Cash-Flow	121.914,56	204.555,87	119.012,11
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	1.892.150,80	2.056.250,45	2.103.315,56

#### 5.4. Indicadores Financeiros

Rátios Financeiros	2016	2017	2018
Ativo Corrente (Circulante)	1.375.294,01	1.088.844,14	951.401,49
Ativo Corrente (Maneável)	1.333.946,91	1.042.188,88	921.047,37
Fundos Permanentes	9.249.462,51	7.183.242,60	6.985.757,11
Liquidez Geral	2,33	1,85	1,52
Liquidez Reduzida	2,26	1,77	1,47
Liquidez Imediata	1,14	1,14	0,81
Fundo de Maneio	786.012,65	498.968,69	326.624,67
Solvabilidade Geral	4,58	3,73	3,71
Solvabilidade Reduzida	6,91	5,82	6,04
Autonomia Financeira	0,82	0,79	0,79
Cobertura do Investimento	1,09	1,07	1,05
Cobertura de Encargos Financeiros	-5,31	4,36	-3,49
Estrutura Endividamento	7,92	6,82	7,04
Endividamento	0,18	0,21	0,21
Deb to Equity Ratio	0,22	0,27	0,27

## 6. Investimento

No que diz respeito à política de investimentos, em 2018 a Misericórdia de Seia prosseguiu com os investimentos que se encontravam em curso, nomeadamente a Ala de Demências da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

Efetou novos investimentos em bens do ativo imobilizado corpóreo, para equipar esta nova Ala. Adquiriu novos equipamentos para as outras valências para substituir os que se tornaram obsoletos.

Sempre orientando a sua política de investimento por princípios de rigor, visando a maximização da qualidade na prestação de serviços à comunidade através de uma criteriosa seleção dos investimentos a realizar, no sentido de controlar o risco financeiro da Instituição.

## 7. Gastos de depreciação e de amortização

Os gastos de depreciação e amortização totalizaram 175 579,89 € (cento e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove euros e oitenta e nove cents), representando um aumento de 8,4% face ao exercício anterior. As variações registadas nos ativos fixos tangíveis podem ser consultadas na nota 5 do Anexo.

## 8. Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)

Deduzidos os gastos de depreciação e amortização foi obtido um resultado operacional, antes de gastos de financiamento, de -46 347,95€ (quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e sete euros e noventa e cinco cents), o que representa um agravamento de 186,16% face ao exercício anterior.

## 9. Resultados financeiros

Os resultados financeiros são compostos pelos juros suportados com o financiamento obtido junto do CA (Crédito Agrícola), para a construção da Unidade de Saúde, juros respeitantes à locação operacional do sistema solar térmico da Creche/Jardim, e por juros obtidos em Depósitos a Prazo.



Descrição	2018	2017	Δ€	Δ%
Juros obtidos	2.371,27	3.266,11	-894,84	-27,40%
Juros suportados	12.591,10	12.660,61	-69,51	-0,55%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-10.219,83</b>	<b>-9.394,50</b>	<b>-825,33</b>	<b>8,79%</b>

Esta rubrica registou um saldo negativo de 10 219,83€ (dez mil e duzentos e dezanove euros e oitenta e três cents).

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se que mantêm a tendência de queda.

Os juros obtidos, continuam em trajetória descendente, já que o volume de depósitos a prazo se encontra a diminuir.

No que diz respeito à despesa com juros suportados para financiamento dos investimentos, a redução de apenas 69,51€, reflete por um lado a diminuição do capital em dívida referente ao crédito para a construção da Unidade de Cuidados Continuados.

Por outro lado, a locação operacional realizada para instalação de um sistema solar térmico no edifício da Creche/jardim-de-infância deu origem a um incremento de 837,47€ nesta rubrica.

Globalmente, as variações proporcionaram um agravamento dos resultados financeiros, na ordem dos 8,8%.

## 10. Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício de 2018 fez o valor de -56 567,78€ (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e sete euros e setenta e oito cents), o que representa uma variação negativa de -232,83% face ao exercício anterior.

Total de Gastos	3.264.132,03
Total de Proveitos	3.207.564,25
<b>Resultados Líquido do Exercício</b>	<b>-56.567,78</b>

## 11. Principais Riscos e Incertezas

A dimensão alcançada pelo crescimento registado nos últimos anos, não só pela grandeza em termos patrimoniais, mas também pelo papel que desempenha em termos económicos e da relevância nas áreas em que atua na prestação de serviços, de importância crucial à sociedade senense, exige cada vez mais, a adoção de formas de organização e gestão que, mantendo a tradição e missão originais criem mais valor inovando e adequando cada vez mais os recursos disponíveis às necessidades e solicitações da comunidade.

A reconfiguração do papel do Estado nas políticas sociais são promotores da incerteza e vulnerabilidade exigindo maior rigor na gestão e permanente busca de novas soluções e conhecimentos para dar resposta aos riscos sociais.

A gestão do risco obriga a uma permanente monitorização que permita a previsão de acidentes e perigos futuros permitindo a elaboração de medidas de minimização dos mesmos dentro dos contextos sociais.

## 12. Recursos Humanos

No ano de 2018 a Santa Casa, manteve a sua política de recursos humanos, em linha com a estratégia da Instituição.

Em 31 de Dezembro a Misericórdia, contava com 131 colaboradores, sendo 112 efetivos e 19 contratados.

Os contratos a termo incerto, dizem respeito a substituições de colaboradores que se encontram temporariamente ausentes.

Apresenta-se de seguida alguns indicadores, que traduzem a evolução dos recursos humanos na instituição.

### 12.1. Distribuição dos Colaboradores por Resposta Social



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



Valências	Efetivos	Contratados	Total
Apoio Domiciliário	5	0	5
Centros Comuns	4	1	5
Clínica Medicina Física e de Reabilitação	3	0	3
Creche e Jardim de Infância	29	3	32
Igrejas e Museu	0	1	1
Lar de Idosos	38	5	43
Loja Social	0	0	0
Unidade de Saúde	33	9	42
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>19</b>	<b>131</b>

### 12.2. Tempo de Serviço na Instituição

Tempo de Serviço	Masculino	Feminino	Total
Até 3 Anos	5	9	14
3 - 6 Anos	6	19	25
6 - 9 Anos	6	32	38
9 - 12 Anos	0	9	9
> 12 Anos	0	45	45
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>114</b>	<b>131</b>

### 12.3. Faixa Etária dos Colaboradores

Idades	Masculino	Feminino	Total
18 - 24 Anos	0	6	6
25 - 34 Anos	5	35	40
35 - 44 Anos	5	27	32
45 - 65 Anos	7	46	53
> 65 Anos	0	0	0
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>114</b>	<b>131</b>

O género feminino é o mais preponderante com uma taxa de 85%. Apenas 15% dos colaboradores pertencem ao género masculino.

#### 12.4. Estrutura Habitacional - Escolaridade

Escolaridade	Masculino	Feminino	Total
1º Ciclo	0	15	15
2º Ciclo	1	9	10
3º Ciclo	2	29	31
Ensino Secundário	9	28	37
Licenciatura	5	31	36
Mestrado	0	2	2
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>114</b>	<b>131</b>

#### 12.5. Categorias Profissionais

Profissões	Masculino	Feminino	Total
Ajudante Ação Educativa	0	12	12
Ajudante de cozinheira	0	8	8
Ajudante de Lar e Centro Dia	0	18	18
Ajudante Familiar Domiciliário	0	4	4
Assistente Administrativa	1	5	6
Auxiliar de Ação Médica	7	10	17
Auxiliar de Educação	0	1	1
Chefe de Secção	0	1	1
Contabilista	1	0	1
Cozinheira	0	3	3
Diretor Coordenador	0	1	1
Diretor Técnico do Estabelecimento	0	3	3
Educadora de Infância	0	11	11
Encarregada Serviços Gerais	0	1	1
Enfermeiro	3	12	15
Motorista de Pesados	1	0	1
Operador de Lavandaria	0	4	4
Rececionista/Operador Telefone	1	0	1
Servente	1	0	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	1	4	5
Técnica Superior Serviço Social	0	3	3
Trabalhador de Serviços Gerais	0	14	14
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>115</b>	<b>131</b>



### 13. Situação Perante a Segurança Social e Estado

A Santa Casa tem a sua situação regularizada perante a Administração Tributária e Aduaneira e o Instituto da Segurança Social, bem como com as demais entidades e fornecedores.

### 14. Evolução previsível e Perspetivas Futuras

Prevê-se que o ano de 2019 seja um ano de continuidade da Instituição em termos de apoio social a pessoas carenciadas e demais utilizadores dos serviços disponibilizados à comunidade pela Santa Casa.

### 15. Gestão de Riscos Financeiros

O risco de crédito está presente no quotidiano de qualquer empresa e/ou Instituição, como a Santa Casa da Misericórdia de Seia. Ainda que não tenha como objetivo o lucro, reconhece-o como uma das suas preocupações, já que o mesmo quando é atingido é aplicado na melhoria das condições de vida de todos quantos estão ligados à Instituição.

Dada a sua dimensão, gere fluxos significativos de capital, por isso requer uma gestão que leve em conta as condições da envolvente social, bem como boas práticas de gestão financeira.

É importante antever e prevenir situações de incumprimento conhecendo e acompanhando adequadamente os seus utentes e clientes, procurando soluções para uma otimização das cobranças, permitindo manter a atividade sem correr riscos suplementares e mantendo a sua sustentabilidade.

As operações são monitorizadas pela análise das necessidades do fundo de maneo e tesouraria, visando a diminuição dos custos, melhorando o desempenho e promovendo deste modo a preservação de valor.

### 16. Negócios entre a Instituição e os Administradores

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Seia, não tem qualquer interesse económico com a Instituição, desempenhando as funções de modo absolutamente voluntário e altruísta.

## 17. Proposta de Aplicação de Resultados

Para o Resultado Líquido do Exercício negativo no montante de -56 567,78€, propõe-se a seguinte distribuição:

- Transferência para Resultados Transitados -56 567,78€.

## 18. Balanço Ambiental

No capítulo das matérias ambientais, a Santa Casa da Misericórdia de Seia, consciente da sua responsabilidade no que à preservação do ambiente diz respeito, adota políticas e práticas, norteadas por princípios e valores que levam em consideração o desenvolvimento sustentável do planeta.

Adotando políticas promotoras da prevenção da poluição dentro das áreas onde atua, com o propósito de minimizar os impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento das suas atividades.

No ano 2018, incorreu em gastos no montante 4 398,53€, para gestão dos resíduos hospitalares produzidos na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, na Unidade de Cuidados Continuados e na Clínica de Medicina Física e Reabilitação.

Para além do sistema solar que já existia na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, para aquecimento de águas, no exercício findo, instalou no telhado do edifício da Creche/Jardim, um sistema solar térmico para aproveitamento da energia solar na produção de energia elétrica.

Com este gesto, estima-se que se evita a emissão de 4 978 Kg anuais de dióxido de carbono para a atmosfera.

Encontra-se ainda em fase de estudo de viabilidade económica, a instalação de um sistema semelhante, na Unidade de Cuidados Continuados.

## 19. Considerações Finais

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, pelo que entende que as obrigações assumidas, não são geradoras de riscos que possam ser regularmente suportados pela entidade.



A finalizar gostaríamos de reiterar os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência pelos nossos serviços, em particular aos nossos utentes e fornecedores, porque a eles se deve o crescimento e desenvolvimento da nossa Instituição.

Aos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental para a sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Seia.

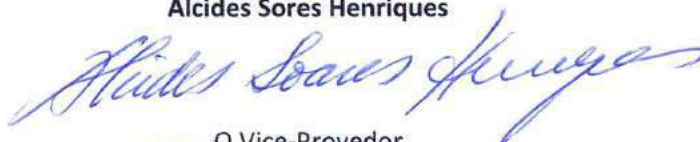
Apresenta-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, A Demonstração de Alterações aos Fundos Patrimoniais e o Anexo.

Seia, 12 de Março de 2019

#### Corpos gerentes responsáveis pelas contas

O Provedor

**Alcides Sores Henriques**



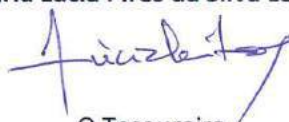
O Vice-Provedor

**Virgílio Ribeiro Borges**



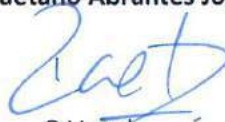
A Secretária

**Maria Lúcia Pires da Silva Leitão**



O Tesoureiro

**Paulo Caetano Abrantes Jorge**



O Vogal

**Ricardo Nuno Dias Mendes Lopes Alves**





Aprovado em Assembleia Geral em, 27 de Março de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia

**José Fernando Beco**

O Vice-Presidente

**José Manuel Mendes Marques**

O Secretário

**Ana Rita Amaral Soares Henriques**





## Demonstrações Financeiras:

Balanço-

Demonstração de Resultados-

Demonstração de Fluxos de Caixa-

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais-Anexo-

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500875804

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	6 355 709,14	6 364 494,42
Bens do património histórico e artístico e cultural	5	290 000,00	290 000,00
Investimentos financeiros	5	13 423,30	29 779,49
		6 659 132,44	6 684 273,91
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	8	30 354,12	46 655,26
Créditos a receber	14.2	78 846,50	67 258,67
Estado e outros entes públicos	14.8	12 840,68	22 190,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	2 741,00	1 976,50
Diferimentos	14.4	29 209,24	9 941,55
Outros ativos correntes	14.3	289 610,83	268 559,05
Caixa e depósitos bancários	14.5	507 799,12	672 262,37
		951 401,49	1 088 844,14
<b>Total do ativo</b>		7 610 533,93	7 773 118,05
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	14.6	318 301,19	318 301,19
Resultados transitados	14.6	2 839 084,97	2 774 545,91
Excedentes de revalorização	14.6	1 812 112,46	1 896 107,45
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11-14.6	1 080 284,36	1 098 519,76
		6 049 782,98	6 087 474,31
Resultado líquido do período		-56 567,78	42 585,60
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		5 993 215,20	6 130 059,91
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	9	0,00	966,59
Provisões específicas	10	1 521,16	2 216,10
Financiamentos obtidos	6-7	931 020,75	980 000,00
Outras contas a pagar	14.9	60 000,00	70 000,00
		992 541,91	1 053 182,69
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14.7	107 259,58	87 793,19
Estado e outros entes públicos	14.8	70 823,27	50 215,29
Financiamentos obtidos	6-7	87 077,88	86 257,16
Diferimentos	14.4	52,00	115,00
Outros passivos correntes	14.9	359 564,09	365 494,81
		624 776,82	589 875,45
<b>Total do passivo</b>		1 617 318,73	1 643 058,14
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		7 610 533,93	7 773 118,05

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

*António Augusto*  
*Quiracande de Gó*  
*Quiracande de Gó*  
*Paet*

*Paulo Duarte*  
cc- 87647



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500875804

Moeda: EUROS

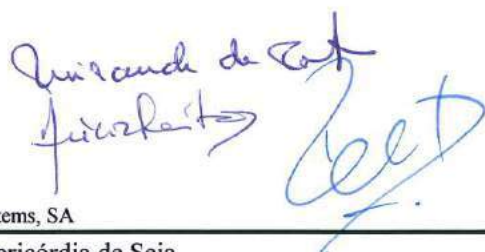
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	9	1.029.731,38	942.070,40
Subsídios, doações e legados à exploração	14.10	2.034.667,76	1.987.781,13
Variação nos inventários da produção	8	535,90	854,14
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	313.556,30	317.719,77
Fornecimentos e serviços externos	14.11	764.583,84	659.223,82
Gastos com o pessoal	12	1.971.712,35	1.839.033,97
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.1-14.2	6.622,91	18.912,63
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9	0,00	-1.186,67
Outras imparidades (perdas/reversões)	5	0,00	-3.060,98
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	14.12	137.467,90	134.755,51
Outros gastos	14.13	16.695,60	20.868,27
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>129.231,94</b>	<b>213.950,37</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	175.579,89	161.970,27
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-46.347,95</b>	<b>51.980,10</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.14	2.371,27	3.266,11
Juros e gastos similares suportados	14.14	12.591,10	12.660,61
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-56.567,78</b>	<b>42.585,60</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-56.567,78</b>	<b>42.585,60</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

*Aldeia Marques*  


*Paulo Duarte*  
 cc. 87647

*Quiracunda de Castro*  


SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	14.2	990 363,19	933 307,65
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores	14.7	-1 051 747,70	-981 714,51
Pagamentos ao pessoal	12	-1 555 851,67	-1 460 242,06
Caixa gerada pelas operações		-1 617 236,18	-1 508 648,92
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>			0,00
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		1 602 836,79	1 698 564,64
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-14 399,39	189 915,72
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-136 150,85	-290 763,39
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	5	-4 643,81	-3 329,92
Outros activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis	14.12	83 723,32	45 707,49
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	11	0,00	147 687,51
Juros e rendimentos similares	14.14	2 371,27	3 266,11
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-54 700,07	-97 432,20
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	7	-82 772,69	-80 547,95
Juros e gastos similares	6-7	-12 591,10	-12 660,61
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-95 363,79	-93 208,56
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		-164 463,25	-725,04
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	14.5	672 262,37	672 987,41
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	14.5	507 799,12	672 262,37

A Mesa Administrativa

*Alcides Soares Dias*  
*Luís Manuel de Castro*  
*Ferreira*

O Contabilista Certificado

*Paulo Duarte*  
 CC- 81041



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA  
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500875804  
 Moeda: (Valores em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	318 301,19	0,00	0,00	2 935 517,94	0,00	3 754 828,96	1 084 290,61	0,00	8 092 938,70	0,00	8 092 938,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0,00			0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00			0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00			0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					10 375,30				10 375,30			10 375,30
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					-7 840,00		-1 858 721,51		-1 866 561,51			-1 866 561,51
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00			0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-67 669,98			35 785,00	-31 884,98			-31 884,98
	2	0,00	0,00	0,00	-65 134,68	0,00	-1 858 721,51	35 785,00	0,00	-1 888 071,19	0,00	-1 888 071,19
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				-95 837,35			-21 555,85	42 585,60	-74 807,60		-74 807,60
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3	0,00	0,00	0,00	-160 972,03	0,00	-1 858 721,51	14 229,15	42 585,60	-1 962 878,79	0,00	-1 962 878,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações	5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6=1+2+3+5	318 301,19	0,00	0,00	2 774 545,91	0,00	1 896 107,45	1 098 519,76	42 585,60	6 130 059,91	0,00	6 130 059,91

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	318 301,19	0,00	0,00	2 774 545,91	0,00	1 896 107,45	1 098 519,76		6 087 474,31	0,00	6 087 474,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0,00			0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00			0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00			0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									0,00			0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	5-14.6						-83 994,99		-83 994,99			-83 994,99
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00			0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	4-5-14.6				21 953,46			-18 235,40	3 718,06			3 718,06
	2	0,00	0,00	0,00	21 953,46	0,00	-83 994,99	-18 235,40	0,00	-80 276,93	0,00	-80 276,93
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								0,00			
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				42 585,60				-56 567,78	-13 982,18		-13 982,18
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados										0,00		0,00
Outras operações	5								0,00	0,00		
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5	318 301,19	0,00	0,00	2 839 084,97	0,00	1 812 112,46	1 080 284,36	-56 567,78	5 993 215,20	0,00	5 993 215,20

A Mesa Administrativa

*Alfonsinho Marques*  
*V. R. Z.*

*Luís Almeida de Sá*  
*Luís Almeida de Sá*  
*Luís Almeida de Sá*

O Contabilista Certificado

*Paulo Duarte*  
 CC- 87647



**SANTA CASA  
MISERICÓRDIA DE SEIA**

*Assinado de  
Presidente  
[Signature]*

# **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA**

**Anexo**

**6 de Março de 2019**



## Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	17
6	Locações.....	21
7	Custos de Empréstimos Obtidos .....	21
8	Inventários .....	22
9	Rédito .....	22
10	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	23
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	23
12	Benefícios dos empregados .....	24
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
14	Outras Informações.....	25
14.1	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	25
14.2	Créditos a receber.....	25
14.3	Outros ativos correntes.....	26
14.4	Diferimentos .....	26
14.5	Caixa e Depósitos Bancários .....	27
14.6	Fundos Patrimoniais.....	27
14.7	Fornecedores .....	28
14.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	28
14.9	Outros Passivos Correntes .....	28
14.10	Subsídios, doações e legados à exploração .....	29
14.11	Fornecimentos e serviços externos .....	29
14.12	Outros rendimentos.....	30
14.13	Outros gastos .....	30
14.14	Resultados Financeiros .....	30
14.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	31

## **1 Identificação da Entidade**

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA é uma instituição sem fins lucrativos, com registo efetuado na Direção-Geral da Segurança Social, no Livro 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o nº 1/84, fls. 155 e 155 verso e com sede em Rua da Creche, Seia.

Para que possa prosseguir os seus objetivos, desenvolve as seguintes atividades:

- Apoio ao Idoso na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cuidados para crianças em Creche e Jardim de Infância;
- Cuidados de Saúde em Unidade de Cuidados Continuados Integrados e de Clínica Médica.
- Para além do apoio aos mais carenciados através da Loja Social com o Programa da Cantina Social, disponibiliza ainda, outros apoios à comunidade, como por exemplo formação profissional a ativos empregados e desempregados.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do mesmo Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Aviso Nº 8259/2015 de 29 de Junho (Norma de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo);
- Portaria Nº 218/2015 de 23 de Junho;
- Portaria Nº 220/2015 de 24 de Junho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram



preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	<b>2.909.123,35</b>
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	0,00
Outros Ajustamentos	977.359,80
Impostos Diferidos	0,00
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>3.886.483,15</b>

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
<b>Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	<b>173.868,17</b>
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	0,00
Outros Ajustamentos	0,00
Impostos Diferidos	0,00
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	<b>173.868,17</b>

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo

registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### 3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.



### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



Handwritten signature and stamp. The stamp reads "Misericórdia de Seia" and "Presidente". Below it is a signature that appears to be "Seia".

### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.



As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As depreciações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	5
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	7

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que estas se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Relativamente a esta rubrica do ativo, no ano de 2017, as “Propriedades de Investimento”, foram reclassificadas para “Ativos Fixos Tangíveis”, como previsto na norma NCRF-ESNL.

Os ativos da Santa Casa detidos para obter rendimento, foram reavaliados nesse exercício. Na nota 5 deste anexo descreve-se mais apropriadamente as alterações produzidas por essa avaliação.

Ainda no exercício de 2017, a Santa Casa, desreconheceu o valor do edifício do Hospital no seu ativo fixo tangível.

Ainda que a Santa Casa seja a proprietária do Hospital, o mesmo foi demolido e no seu lugar foi construído um novo que deverá ser objeto de tratamento nas contas da ULS da Guarda.



A ULS da Guarda, está na posse do Hospital e cabe-lhe para além exploração, todos os gastos de manutenção e depreciação, não sendo possível determinar quando será devolvido, nem pode o estado exigir quaisquer indemnizações ou invocar direito de retenção finda a utilização. Por este motivo, a Santa Casa não reconhece nas suas contas o gasto de depreciação, mas também não reconhece o valor do ativo.

No ativo da Santa Casa consta apenas 25% do valor de reavaliação correspondente ao valor do terreno, nos termos do nº3 do artigo 10º do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

Quanto ao edifício, este será reconhecido nas contas da Santa Casa, apenas quando for indicada a intenção da ULS da Guarda de o devolver à Misericórdia de Seia, altura em que será objeto de reavaliação e reconhecimento no ativo fixo tangível, iniciando-se nessa data a depreciação.

#### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”. As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.



### 3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

**Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Handwritten signature and notes in blue ink, including the words "Reservado" and "Fidejussão".

**Clientes e outras contas a Receber**

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos, que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

**Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### **3.2.10 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.11 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do Balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.



### 3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa”;
- b) “As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”;
- c) “As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21%, sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

*Revisão of the  
financials by  
[Signature]*

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Neste exercício, foram contabilizados os seguintes factos relevantes que originaram alterações na conta de resultados transitados:

A Crédito pela transferência de resultado líquido do exercício 2017, no montante de 42 585,60€.

A Crédito, relativo a um montante de 21 953,46€, acumulado na conta de um utente de ERPI, por se considerar que se tratava de um subsídio atribuído ao utente, mas colocada a duvida ao Instituto da Segurança Social, foi determinado que se trata de um subsidio à Santa Casa.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

##### **Bens do património histórico, artístico e cultural**

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Bens Imóveis	4 420,99	0,00	0,00	3 060,98	282 518,03	290 000,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4 420,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 060,98</b>	<b>282 518,03</b>	<b>290 000,00</b>

No exercício de 2017, a Santa Casa, submeteu os seus ativos fixos tangíveis a avaliação feita por perito independente, dessa avaliação, foi registada uma reversão de perdas por imparidade no montante de 3.060,98€, pela revalorização do edifício da Igreja, pertencente aos bens do património artístico e cultural, ficando este imóvel avaliado em 290 000,00€.



No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>	<b>290 000,00</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>290 000,00</b>
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>290 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>290 000,00</b>

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A entidade detinha no exercício de 2016, o montante de 220 481,62€, contabilizados na rubrica de propriedades de investimento, que no exercício de 2017 depois de reavaliados, reclassificou para ativos fixos tangíveis.

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	82.592,98	0,00	0,00	925.000,00	460.375,73	1.467.968,71
Edifícios e outras construções	8.720.655,84	11.984,07	0,00	- 956.177,92	-2.375 981,71	5.400.480,28
Equipamento básico	971.957,40	8.750,05	0,00	0,00	0,00	980.707,45
Equipamento de transporte	214.082,20	1.475,00	0,00	0,00	0,00	215.557,20
Equipamento administrativo	111.538,02	9.197,63	0,00	0,00	0,00	120.735,65
Outros Ativos fixos tangíveis	133.158,59	1.500,00	0,00	0,00	0,00	134.658,59
<b>Total</b>	<b>10.233.985,03</b>	<b>32 906,75</b>	<b>0,00</b>	<b>-31 177,92</b>	<b>-1 915 605,98</b>	<b>8.320.107,88</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	995.298,21	122.301,73	0,00	-12.561,28	0,00	1.105.038,66
Equipamento básico	837.339,81	22.604,16	0,00	0,00	0,00	859.943,97
Equipamento de transporte	190.632,89	7.142,00	0,00	2.080,00	0,00	199.854,89
Equipamento administrativo	96.841,04	8.745,56	0,00	0,00	0,00	105.586,60
Outros Ativos fixos tangíveis	89.053,48	1.176,82	0,00	0,00	0,00	90.230,30
<b>Total</b>	<b>2 209 165,43</b>	<b>161 970,27</b>	<b>0,00</b>	<b>-10.481,28</b>	<b>0,00</b>	<b>2.360.654,42</b>

2018						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1 467 968,71	8 055,00	0,00	0,00	0,00	1 476 023,71
Edifícios e outras construções	5 400 480,28	458 364,65	-112 700,00	0,00	0,00	5 746 144,93
Equipamento básico	980 707,45	145 072,31	0,00	0,00	0,00	1 125 779,76
Equipamento de transporte	215 557,20	53 114,60	-21 273,00	0,00	0,00	247 398,80
Equipamento administrativo	120 735,65	0,00	0,00	0,00	0,00	120 735,65
Outros Ativos fixos tangíveis	134 658,59	0,00	0,00	0,00	0,00	134 658,59
<b>Total</b>	<b>8 320 107,88</b>	<b>664 606,56</b>	<b>-133 973,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 850 741,44</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 105 038,66	127 169,02	0,00	0,00	0,00	1 232 207,68
Equipamento básico	859 943,97	22 502,69	0,00	0,00	0,00	882 446,66
Equipamento de transporte	199 854,89	14 640,60	-18 833,01	0,00	0,00	195 662,48
Equipamento administrativo	105 586,60	9 885,49	0,00	0,00	0,00	115 472,09
Outros Ativos fixos tangíveis	90 230,30	1 382,09	0,00	0,00	0,00	91 612,39
<b>Total</b>	<b>2 360 654,42</b>	<b>175 579,89</b>	<b>-18 833,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 517 401,30</b>

No exercício de 2018, ocorreram as seguintes variações nas contas de outros ativos fixos tangíveis:

- Aumento de 8 055,00€ em terrenos e recursos naturais, relativos à doação de 8 parcelas de terrenos rústicos nas freguesias de Sandomil e Sazes da Beira.
- Aumento de 458 364,65€, em edifícios e outras construções, pela transferência de ativos fixos tangíveis em curso do Edifício da Ala de Demências.
- Aumento de 145 072,31€ em equipamento básico, refletindo principalmente a aquisição dos equipamentos necessários para o funcionamento da Ala de Demências no montante de 97 118,18. O remanescente no montante 47 954,13, diz respeito à aquisição diversos equipamentos para outras valências.
- Aumento de 53 114,60€, relativo à aquisição de dois veículos. Uma viatura nova, para Transporte Especial com Rampa Manual, comparticipada pelo prémio BPI Sénior+. Uma viatura usada, para substituir outra acidentada que foi para abate.
- Diminuição de 112 700,00€, pelo abate dos 4 prédios urbanos vendidos no exercício.



- Diminuição de 21 273,00€ pelo abate de viatura sinistrada.

#### Ativos Fixos Tangíveis em curso

No que concerne aos “Ativos Fixos Tangíveis em curso” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2018, foram os seguintes:

2017					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Projeto Quinta da tapada	4.264,95	0,00	0,00	0,00	4 264,95
Ampliação/Remodelação ERPI	108 175,78	292 231,23	0,00	0,00	400 407,01
Requalificação da Igreja	0,00	369,00	0,00	0,00	369,00
<b>Total</b>	<b>112 440,73</b>	<b>292 600,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>405 040,96</b>

2018					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Projeto Quinta da tapada	4 264,95	0,00	4 264,95	0,00	0,00
Ampliação/Remodelação ERPI	400 407,01	57 957,64	458 364,65	0,00	0,00
Requalificação da Igreja	369,00	0,00	0,00	0,00	369,00
Reabilitação casa Largo da Misericórdia	0,00	22 000,00	0,00	0,00	22 000,00
<b>Total</b>	<b>400 776,01</b>	<b>79 957,64</b>	<b>462 629,60</b>	<b>0,00</b>	<b>22 369,00</b>

#### Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	Aumentos	Diminuições	2017
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	12 923,30	3 211,41	0,00	8 779,49
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	-21 000,00	21 000,00
<b>Total</b>	<b>13 423,30</b>	<b>3 711,41</b>	<b>-21 000,00</b>	<b>29 779,49</b>

Os Investimentos Financeiros, dizem respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 11 990,90€, ao Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, no montante de 932,40€ e 500,00€ referentes à subscrição de 100 títulos de capital do banco Crédito Agrícola.

## 6 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Painéis Solares Creche/Jardim	34 614,16	1 285,80	33 328,36	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>34 614,16</b>	<b>1 285,80</b>	<b>33 328,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

O plano de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	1 285,80	837,47	2 123,27	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	11 538,00	7 514,95	19 052,95	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	21 790,36	14 278,50	36 068,86	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>34 614,16</b>	<b>22 630,92</b>	<b>57 245,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	84 770,27	900 000,00	984 770,27	86 257,16	980 000,00	1 066 257,16
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>84 770,27</b>	<b>900 000,00</b>	<b>984 770,27</b>	<b>86 257,16</b>	<b>980 000,00</b>	<b>1 066 257,16</b>

O plano de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalha-se como segue:



Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	81 486,69	11 732,80	93 219,49	80.547,95	12.660,61	93.111,72
De um a cinco anos	407 433,45	58 664,00	466 097,45	417.111,13	48.849,47	465.960,60
Mais de cinco anos	495 850,13	65 902,31	561 752,44	568.598,08	35.961,36	604.656,28
<b>Total</b>	<b>984 770,27</b>	<b>136 299,11</b>	<b>1 121 069,38</b>	<b>1.066.257,16</b>	<b>97.471,44</b>	<b>1.163.728,60</b>

## 8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017			2018			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações /Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações /Regularizações	Inventário final
Mercadorias	5 033,36	29 480,23	0,00	6 633,64	31 163,05	0,00	3 608,45
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36 313,74	313 960,20	-20 412,70	40 021,62	307 661,70	-41 569,59	26 745,67
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>41 347,10</b>	<b>343 440,43</b>	<b>-20 412,70</b>	<b>46 655,26</b>	<b>338 824,75</b>	<b>-41 569,59</b>	<b>30 354,12</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				317 719,77			313 556,30
Variações nos inventários da produção				854,14			535,90

## 9 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	1 024 911,88	937 625,90
Quotas e joias	4 819,50	4 444,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	2 371,27	3 266,11
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 032 102,65</b>	<b>945 336,51</b>

## 10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	966,59	0,00	-966,59	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	2 216,10	0,00	-694,94	1 521,16
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 182,69</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 661,53</b>	<b>1 521,16</b>

A provisão para contratos onerosos, dizia respeito a uma doação de um imóvel para deduzir pela faturação de serviços ao utente, tendo terminado esse valor atribuído ao imóvel neste exercício.

Na provisão específica para o setor, foram contabilizados 694,94€ relativos a diferenças de contagens de inventários.

## 11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
<b>Subsídios do Governo</b>		
Piddac	161 297,11	166 041,14
ARS do Centro	528 619,18	541 215,59
MASES	24 600,00	25 200,00
QREN	16 968,23	19 793,64
<b>Subsídios de Outras Entidades</b>		
Fundo Rainha D. Leonor	211 409,84	213 186,39
BPI Senior+	26 377,00	30 435,00
<b>Total</b>	<b>969 281,36</b>	<b>995 871,76</b>

Na nota acima, estão descritos, os valores dos subsídios ao investimento atribuídos à Santa Casa.



Inicialmente foram registados em Fundos Patrimoniais e em cada ano vão sendo imputados a resultados no base proporcional às depreciações dos investimentos, sendo à data de 31 de Dezembro de 2018, o valor remanescente, a imputar nos exercícios subsequentes.

## 12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foi de 17.

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 127 e em 31/12/2018 foi de 128.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 550 222,38	1 446 541,07
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2 231,69	408,73
Encargos sobre as Remunerações	342 048,04	315 892,66
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17 508,55	15 896,32
Gastos de Ação Social	27 631,89	21 264,43
Outros Gastos com o Pessoal	32 069,80	39 030,76
<b>Total</b>	<b>1 971 712,35</b>	<b>1 839 033,97</b>

## 13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2017 foram de 3 382,50€ e em 2018, totalizaram 4 797,00€.

## 14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 14.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	16 241,74	14 075,24
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-13 500,74	-12 098,74
<b>Total</b>	<b>2 741,00</b>	<b>1 976,50</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 14.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	78 846,50	67 236,24
Adiantamentos de Utentes		330,13
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Utentes	23 333,64	16 650,73
<b>Perdas por imparidade</b>		
Utentes	-23 333,64	-16 958,43
<b>Total</b>	<b>78 846,50</b>	<b>67 258,67</b>

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":



Descrição	2018	2017
Clientes	0,00	0,00
Utentes	6 375,21	2 618,38
Reversões em dívidas a receber	-2 460,04	-530,40
<b>Total</b>	<b>3 915,17</b>	<b>2 583,38</b>

### 14.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos a Fornecedores	123,21	1 379,99
Adiantamentos ao pessoal	1 103,94	945,54
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	58 266,63	21 075,66
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	243 682,80	260 185,61
Perdas por Imparidade	-13 565,75	-15 027,75
<b>Total</b>	<b>289 610,83</b>	<b>268 559,05</b>

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Outros Devedores	1 694,50	16 765,25
Reversões em dívidas a receber	330,00	436,00
<b>Total</b>	<b>-1 364,50</b>	<b>-16 329,25</b>

### 14.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>	<b>29 209,24</b>	<b>9 941,55</b>
<b>Total</b>	<b>29 209,24</b>	<b>9 941,55</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>	<b>52,00</b>	<b>115,00</b>
<b>Total</b>	<b>52,00</b>	<b>115,00</b>

### 14.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	Movimentos a Débito	Movimentos a Crédito	2018
Caixa	800,13	878 327,63	878 640,99	486,77
Depósitos à ordem	209 536,86	3 604 064,32	3 669 469,07	144 132,11
Depósitos a prazo	461 925,38	1 254,86	100 000,00	363 180,24
<b>Total</b>	<b>672.987,41</b>	<b>4 483 646,81</b>	<b>4 648 110,06</b>	<b>507 799,12</b>

*Assinatura de [nome]*  
*Assinatura de [nome]*  
*[assinatura]*

### 14.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	318 301,19	0,00	0,00	318 301,19
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2 774 545,91	64 539,06	0,00	2 839 084,97
Excedentes de revalorização	1 896 107,45	0,00	-83 994,99	1 812 112,46
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 098 519,76	0,00	-18 235,40	1 080 284,36
Resultado Líquido do Exercício	0,00	0,00		-56 567,78
<b>Total</b>	<b>6 087 474,31</b>	<b>64 539,06</b>	<b>-102 230,39</b>	<b>5 993 215,20</b>

No exercício, ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais:

- Aumento em Resultados Transitados:

- pela transferência do resultado líquido do exercício 2017, no montante de 42 585,60€;
- Pela correção da classificação contabilística de um montante de 21 953,46€, acumulado na conta de um utente de ERPI.

- Diminuição em Excedentes de Revalorização:

- pelo desconhecimento dos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis vendidos no exercício.

-Diminuição em Outras variações nos fundos patrimoniais:



- 26 580,40€, pela imputação de subsídios ao investimento;
- 400,00€, pela utilização do fundo interno de solidariedade por uma colaboradora.

-em Outras variações nos fundos patrimoniais, a adicionar:

- 700,00€, pela reposição de fundo interno de solidariedade de uma colaboradora.

#### 14.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	107 259,58	87 793,19
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>107 259,58</b>	<b>87 793,19</b>

#### 14.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	12 840,68	22 190,74
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12 840,74</b>	<b>22 190,74</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	13 690,48	11 214,01
Segurança Social	56 257,72	38 361,92
Outros Impostos e Taxas	875,07	639,36
<b>Total</b>	<b>70 823,27</b>	<b>50 215,29</b>

#### 14.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		10 499,25		8 097,99
Outras operações		300,00		800,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>60 000,00</b>	<b>17 379,98</b>	<b>70 000,00</b>	<b>39 516,41</b>
<b>Adiantamentos de Clientes e Utentes</b>		<b>6 607,95</b>		<b>30 116,27</b>
<b>Adiantamentos por conta de vendas</b>		<b>0,00</b>		<b>6 000,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>51 770,50</b>		<b>260 489,79</b>
<b>Outros credores</b>		<b>273 006,41</b>		<b>20 474,35</b>
<b>Total</b>	<b>60 000,00</b>	<b>359 564,09</b>	<b>70 000,00</b>	<b>365 494,81</b>

#### 14.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
<b>Subsídios do Estado e outros entes públicos</b>		
-ISS,IP - Centro Distrital - Creches	239 319,62	233 680,12
-ISS,IP - Centro Distrital - Jardins de Infância	214 643,71	213 202,22
-ISS,IP - Centro Distrital - Cantina Social	14 970,00	32 917,50
-ISS,IP - Centro Distrital - Apoio Domiciliário	69 734,70	67 487,37
-ISS,IP - Centro Distrital - ERPI	240 057,16	230 291,37
-ISS,IP - Centro Distrital -UCCI	167 216,26	158 080,39
-Instituto do Emprego e Formação Profissional	14 893,72	31 182,13
-Administração Regional de Saúde do Centro	1 028 040,93	1 019 432,62
-Instituto de Gestão Financeira - POISE	39 990,68	0,00
-Prestação Social para a Inclusão	2 926,56	0,00
-IFAP	1 436,62	1 507,41
-Outros	1 437,80	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 034 667,76</b>	<b>1 987 781,13</b>

#### 14.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:



Descrição	2018	2017
Subcontratos	4 190,00	7 607,50
Serviços especializados	314 799,82	283 371,79
Materiais	26 136,14	28 569,14
Energia e fluidos	168 990,42	147 285,23
Deslocações, estadas e transportes	1 190,43	1 606,88
Serviços diversos	244 035,39	183 912,96
Encargos com os Utentes	5 241,64	6 870,32
<b>Total</b>	<b>764 583,84</b>	<b>659 223,82</b>

#### 14.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	2 778,70	1 338,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 109,45	1 982,28
Rendimentos em investimentos não financeiros	83 723,32	45 707,49
Outros rendimentos	48 856,43	85 727,24
<b>Total</b>	<b>137 467,90</b>	<b>134 755,51</b>

#### 14.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1 413,68	92,68
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,10	0,00
Incobráveis	1 824,70	7 190,31
Perdas em inventários	0,00	330,86
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	13 421,77	11 616,77
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados e utentes	35,35	1 637,65
<b>Total</b>	<b>16 695,60</b>	<b>20 868,27</b>

#### 14.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	-12 591,10	-12 660,61
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>-12 591,10</b>	<b>-12 660,61</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2 371,27	3 266,11
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 371,27</b>	<b>3 266,11</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-10 219,83</b>	<b>-9 394,50</b>

#### 14.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 6 de Março de 2019.

Seia, 6 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

Paulo Duarte  
cc. 87 642

A Mesa Administrativa

*[Handwritten signatures]*  
Mesa Administrativa  
fiscalista





**SANTA CASA  
MISERICÓRDIA DE SEIA**

Parecer do Conselho Fiscal

## CONSELHO FISCAL

### Parecer sobre o Relatório e Contas do exercício de 2018

Aos vinte e cinco dias de Março de 2019, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Seia, para, nos termos da alínea f) do artigo 50º do Compromisso, apreciar as contas do exercício de 2018, apresentadas pela Mesa Administrativa e emitir o correspondente Parecer, a submeter à apreciação da Assembleia Geral.

Verificámos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os normativos contabilísticos em vigor.

Ressalvamos que o parecer do Conselho Fiscal está suportado na opinião expressa através de Certificação Legal de Contas/ Relatório de Auditoria, emitido pelo Revisor Oficial de Contas Dr. Pedro Confraria, em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

Da leitura do Relatório de Atividades de 2018, concluímos ter sido um ano positivo para a Instituição, na qualidade das respostas sociais e serviços prestados junto da comunidade.

No que respeita ao resultado económico de 2018, registou-se um resultado negativo de 56.568 euros.

É nossa opinião, de que se verifica uma conjuntura negativa que ameaça a sustentabilidade financeira das Misericórdias em geral, e também da Misericórdia de Seia em particular, que poderá obrigar à tomada de decisões estruturais, com o objetivo de recuperar a sustentabilidade financeira necessária para prosseguir o objetivo social desta Instituição.



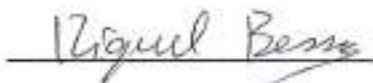
Ao nível de Balanço e rácios financeiros, apesar da evolução menos positiva, a Instituição, mantém, por enquanto, uma posição financeira saudável e confortável.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas referentes ao exercício de 2018.

Por último, mas não menos importante, o Conselho Fiscal agradece a todos os colaboradores, voluntários e Órgãos Sociais desta Instituição, pelo esforço, empenho e dedicação demonstradas, implicando muitas vezes sacrifícios da vida pessoal e familiar.

Seia, 25 de Março de 2019

O Conselho Fiscal,



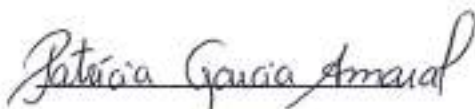
Presidente

Miguel Cecílio Pereira Bessa



Suplente

Vera Lúcia Rodrigues Mota



Vice Presidente

Patrícia Garcia Amaral



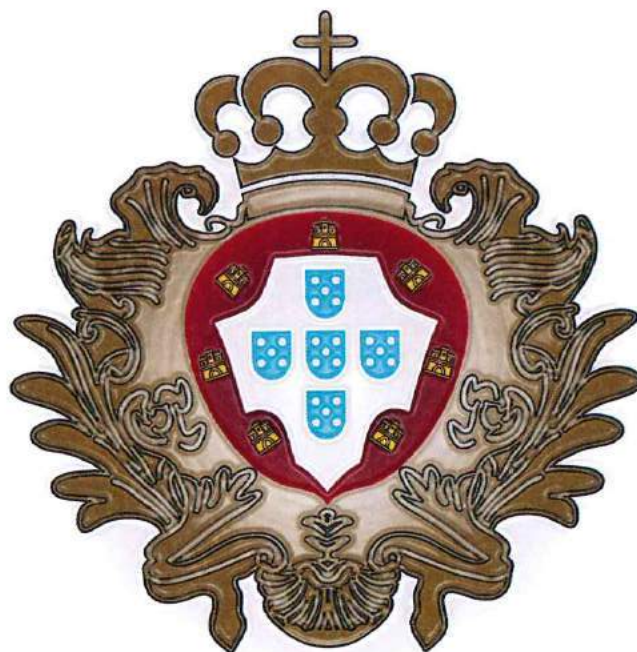
Suplente

Elisabete Maria Oliveira Cunha

---

Secretária

Maria Eulália Anacleto da Silva Clara



**SANTA CASA  
MISERICÓRDIA DE SEIA**

Certificação Legal de Contas





Sérgio Pontes  
Luís Baptista  
Daniela Monteiro  
Paula Garcia  
José Pinacho  
Carlos Rodrigues  
Sérgio Ramos  
Pedro Confraria

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Seia** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 7.610.534 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.993.215 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 56.568 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1 e 2 da seção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia de Seia** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para o Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Pelo facto de estarmos a examinar pela primeira vez as demonstrações financeiras da Entidade, não validámos os saldos iniciais de 2018 e conseqüentemente os comparativos, pelo que não podemos garantir que os mesmos estejam isentos de erros e de distorções materialmente relevantes.
2. Não nos foi possível reconciliar o património predial constante da informação disponibilizada pela Autoridade Tributária e a contabilidade. Por este motivo não nos podemos pronunciar com segurança razoável quanto à asserção direito de terrenos incluídos na rubrica de Ativos fixos tangíveis, no valor de 487.968 euros.





Sérgio Pontes  
Luís Baptista  
Daniela Monteiro  
Paula Garcia  
José Penácho  
Carlos Rodrigues  
Sérgio Ramos  
Pedro Confraria

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Sérgio Pontes  
Luís Baptista  
Daniela Monteiro  
Paula Garcia  
José Penacho  
Carlos Rodrigues  
Sérgio Ramos  
Pedro Confraria

## RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2019

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

  
Pedro Confraria